



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
BACHARELADO EM DESIGN GRÁFICO

AGATHA LOTUS LEITE DE CASTRO

DESIGN COMO TECNOLOGIA DE BIOPODER:
O CONTROLE FARMACOPORNOGRÁFICO SOBRE CORPOS E
SUBJETIVIDADES NEGRAS NO BRASIL

Bauru

2025

AGATHA LOTUS LEITE DE CASTRO

DESIGN COMO TECNOLOGIA DE BIOPODER:
O CONTROLE FARMACOPORNOGRÁFICO SOBRE CORPOS E
SUBJETIVIDADES NEGRAS NO BRASIL

Projeto de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do título de bacharelado em
Design Gráfico, sob a orientação do Professor
Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier e Professor
Dr. Dorival Campos Rossi.

Bauru
2025

L533d

Leite de Castro, Agatha Lotus

Design como tecnologia de biopoder : o controle farmacopornográfico sobre corpos e subjetividades negras no brasil / Agatha Lotus Leite de Castro. --

Bauru, 2025

109 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Design) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientador: Juarez Tadeu de Paula Xavier

Orientador: Dorival Campos Rossi

1. Design. 2. Biopolítica. 3. Racismo. 4. História do Brasil. 5. Afrocentrismo. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Exu por ter aberto os caminhos para que eu conseguisse comunicar e redigir neste trabalho o que analiso criticamente da minha área profissional. Laroyê, Exu!

Agradeço, ao Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, por ter aceitado me orientar. Foi uma honra integrar o grupo de pesquisa NeoCriativa, onde sua luta por uma epistemologia negra e revolucionária não apenas transformou minha vida acadêmica, tornando-a mais agradável e ampliando imensamente minhas referências, mas também me equipou para escrever esta tese, na tentativa de combater o apagamento histórico empregado pela estrutura racista da universidade. Eu não teria como escrever e compreender esta pesquisa sem os seus ensinamentos, sua sabedoria e orientação.

Igualmente, agradeço ao Prof. Dr. Dorival Campos Rossi, por ter também aceitado me orientar. Como meu professor na graduação, o Prof. Dorival abriu meus olhos para o uso crítico da teoria semiótica e das tecnologias digitais. Sua orientação me proporcionou acesso a tecnologias que sempre me foram distantes, como a fabricação digital, e, acima de tudo, criou um ambiente único de acolhimento e compartilhamento de conhecimento, fundamentado na cultura maker e no design aberto que valoriza múltiplos saberes e é um movimento necessário frente ao engessamento acadêmico tradicional.

Agradeço a Prof. Dra. Carina Nascimento por ter aceitado compor a banca avaliativa, pela honra de ter sido sua aluna em Marketing I, me convidar para compor o NeoCriativa e ser uma pesquisadora que sempre busca impulsionar aqueles ao seu redor. Nossas conversas foram espaço de resistência e acolhimento para mim que sempre me via sozinha na crítica à comunicação.

Agradeço ao meu namorado Julián Carvalho Fér, por ter sido meu suporte todos esses anos de graduação, além de acompanhar quase que diariamente a produção desse documento, dividindo as dores e felicidades que a pesquisa proporciona.

Agradeço a minha mãe, Rita Márcia, minha avó materna, Miriam, minha avó paterna, Iraci, meu avô paterno, Leandro e a meu primo Rodrigo por terem sempre acreditado

no meu potencial, além estarem presente na minha vida oferecendo amor incondicional.

Agradeço a minha sogra, Cátia, e ao meu sogro, Marcelo, por terem me acolhido em sua família, sempre respeitando minha pessoa independente das minhas características individuais.

Ao grupo de pesquisa NeoCriativa pelo fomento a uma epistemologia afrocentrada e pelo espaço de acolhimento, no qual pude e posso compartilhar vivências com colegas que enfrentam desafios similares aos meus. Me conectar com outros pesquisadores e pesquisadoras negros foi de extrema importância para minha jornada acadêmica.

Aos docentes, servidores, amigos e colegas da FAAC, pelos últimos anos que passei na Unesp - Bauru.

Ao movimento de Hip-Hop de Bauru, por ter sido uma verdadeira escola da vida, me ensinando muito mais do que instituições do conhecimento formal e por proporcionar espaço político cultural no qual eu pude desfrutar de discussões e entretenimento que respeitasse minha pluralidade como indivíduo.

Ao Instituto Formando Mentes Coletivas (FMC) pelo trabalho excepcional na produção de informação, cultura e cidadania, além de disputar a política em prol dos interesses da população negra e periférica da cidade de Bauru.

**“Todo mundo canta sua terra
Eu também vou cantar a minha
Modéstia à parte seu moço
Minha terra é uma belezinha”**

RESUMO

Esta pesquisa investiga criticamente a prática do *design* enquanto tecnologia de biopoder, em particular seu papel biopolítico na sustentação simbólica e imaterial do Estado segregacionista patriarcal capitalista supremacista racial branco racial no Brasil ao dissecar a epistemologia em que o campo do *design* está circunscrito. A partir da revisão bibliográfica das teorias biopolíticas, do resgate da história brasileira e do estudo da genealogia do racismo moderno, se traça um fio histórico que conecta o paradigma funcionalista ao racismo estrutural vivido no Brasil. Sob uma ótica interseccional latino-amefricana, explora-se os signos normativos associados à população negra e estudos de casos em que o *design* corrobora diretamente com o aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil. Os resultados apontam para a persistência de um olhar normativo inscrito nas tecnologias supostamente neutras, perpetuando o aniquilamento material e imaterial da população negra brasileira e explicitando a posição de gestor biopolítico intrínseca à disciplina do *design*.

Palavras-chave: *Design*; Racismo; Biopolítica; Brasil; Epistemologia

ABSTRACT

This research critically investigates the practice of design as a technology of biopower, in particular its biopolitical role in the symbolic and immaterial support of the segregationist patriarchal capitalist white supremacist state in Brazil, by dissecting the epistemology in which the field of design is circumscribed. Based on a bibliographical review of biopolitical theories, the recovery of Brazilian history and the study of the genealogy of modern racism, a historical thread is traced that connects the functionalist paradigm to the structural racism experienced in Brazil. From a Latin American intersectional perspective, we explore the normative signs associated with the black population and case studies in which design directly corroborates the deepening of social inequalities in Brazil. The results point to the persistence of a normative gaze inscribed in supposedly neutral technologies, perpetuating the material and immaterial annihilation of the black Brazilian population and making explicit the position of biopolitical manager intrinsic to the discipline of design.

Keywords: Design; Racism; Biopolitics; Brasil; Epistemology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	17
1.1.1 Objetivo Geral	17
1.1.2 Objetivos Específicos	17
1.3 Justificativa	18
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	19
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
3.1 Breve história do design	21
3.2 O conceito de design na contemporaneidade	27
3.3 O conceito de biopolítica	28
3.4 Revoluções indústrias e seus impactos na profissão	30
3.5 Genealogia do racismo moderno	34
3.6 Pré-condições do estado racista brasileiro	37
3.7 As estruturas de COERÇÃO e PERSUASÃO	44
3.8 Leis gradualistas e abolição.....	48
3.9 Leis pra prender negros e a ideologia do branqueamento	51
3.10 Desenvolvimentismo e o falso milagre brasileiro.....	54
3.11 AREs e AIEs contra a população negra no brasil	57
4 DISCUSSÃO	60
4.1 Projetando na era farmacopornográfica	60
4.2 Induções semióticas sobre gênero	67
4.3 Códigos semióticos de controle por gênero da população negra brasileira.....	74
4.4 A força orgásmica da população negra	75
4.5 A experiência do usuário na formação de hábitos e atitudes	80

4.5.1 Aplicativos de aposta (BETS)	81
4.5.2 A voz nas URAs e TVs	90
4.6 Design como dispositivo biopolítico	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
5.1 O papel do designer	96
5.2 Questionamentos e possíveis indicativos para um design mais inclusivo	97
5.3 Autoavaliação e perspectivas futuras	98
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma sobre o regime farmacopornográfico	61
Figura 2 - Homem Vitruviano	63
Figura 3 - Modelo Antropométrico de Ernst Neufert	64
Figura 4 - O Modulor	64
Figura 5 – Modelo Joe e Josephine	65
Figura 6 - Vítimas de homicídio (que eram pessoas transgênero) até 35 anos (%) ...	77
Figura 7 - Perfil das vítimas de homicídio (que eram pessoas transgênero) por raça e etnia entre 2017 e 2024 (%)	78
Figura 8 - Perfil das respostas da população travesti e transgênero na pesquisa na travestilidades negras	79
Figura 9 - Captura de tela de aplicativos de aposta	83
Figura 10 - Captura de tela de aplicativos de aposta	83
Figura 11 - Renda familiar dos apostadores em maio de 2024	84
Figura 12 - Rendimento médio real dos brasileiros ocupados comparação 2021 e 2012 com valores deflacionados por mês	85
Figura 13 – Infográfico com informação sobre finanças da população brasileira e aplicativos de aposta	85
Figura 14 - Rendimento médio real dos brasileiros ocupados comparação 2021 e 2012 com valores deflacionados	86
Figura 15 – Destaques sobre Bets do 8º Raio X do investidor brasileiro	87
Figura 16 – Variação no aumento na compra de mídia por setores de mercado entre 2023 e 2024	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise triádica do gênero feminino de outrem sob a ótica cisgênera ...67

Quadro 2 – Análise triádica do gênero masculino de outrem sob a ótica cisgênera ...68

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada neste documento tem intenção de conectar os temas de biopolítica, racismo estrutural e a prática projetual em *design*, estritamente contextualizado à conjuntura brasileira. Tendo como aporte teórico principal o pensamento decolonial, uma vez que se almeja tecer uma cronologia histórica que explique porque a industrialização brasileira ocorreu a passos mais lentos que os países colonizadores, muito dos quais hoje são vistos como modelos a serem seguidos. Para isso, será necessário entender a história da diáspora negra no Brasil e as condições socioeconômicas que levaram a cristalização do estado capitalista patriarcal segregacionista e supremacista branco brasileiro.

Em particular, esta dissertação visa explicitar o papel intrínseco do *design* na conformação da ordem biopolítica, especialmente, durante a era farmacopornográfica. Justificar-se-á o papel do *design* no governo da vida através da revisão de uma genealogia do *design*, buscando compreender o cenário histórico em que a profissão começa a surgir no Brasil. Especificamente, procura-se aqui entender quais são as repercussões do léxico projetual estar subjugado a um universo de linguagem povoado por referências imperialistas coloniais e como as práticas predatórias em design tem, tiveram e, possivelmente, terão efeitos socioeconômicos negativos no Brasil, principalmente, para a população negra uma vez que é ela que historicamente está mais vulnerável.

A presente tese está dividida em quatro capítulos, o primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos necessários para compreender a intersecção entre *design* e biopolítica. No segundo capítulo, explorar-se-á, principalmente, a história de formação do Brasil, tentando fazer um breve apanhado de acontecimentos pertinentes até os anos 1950. Desde como o processo de escravização negra e genocídio indígena estruturou o supremacismo racial branco no Brasil e, conseqüentemente, fundou o estado capitalista moderno brasileiro, o qual é, por excelência, patriarcal segregacionista e supremacista branco até o mito da democracia racial. No terceiro capítulo, será abordado a era farmacopornográfica e as particularidades do biopoder no atual momento, associando-as a superexploração do corpo e da subjetividade da população negra e enfocando como *design* é parte constitutiva e indissociável desse processo de controle na nova era do biopoder. Finalmente, no quarto capítulo, discutem-se casos contemporâneos específicos em que o design atuou e atua como

ferramenta de controle de corpos no Brasil, com objetivo de transformar a população negra em corpos economicamente ativos em prol do mercado financeiro internacional, aprofundando ainda mais o regime de diferenciação sexual e racial, propondo, ao final, possibilidades de desconstrução dessa lógica.

Dessa forma, objetiva-se evidenciar como a prática projetual ainda está muito distante de solucionar problemas da realidade brasileira, explicitando descompassos entre a metodologia de projetos e o cenário socioeconômico e político brasileiro através de análise crítica dos dados sobre a população negra brasileira. A reflexão sobre esses desalinhamentos, potencialmente revelará como o *design*, invés de solucionar os problemas materiais da população, é empenhado como ferramenta de disciplinamento de corpos que desviam do normal e como, no Brasil, esse corpo é necessariamente negro.

Quando Alcione lançou sua versão da música “Todos cantam sua terra” composta por João do Vale, ela visava valorizar e resgatar a cultura de seu estado natal, o Maranhão. Contudo, ao evocar esta estrofe na abertura da tese, tenho como intuito reverenciar minha, ou melhor, nossa terra o Brasil, esse país que mesmo com seus percalços únicos e doloridos ainda assim é onde nasci, cresci e vivi. Escrevo essa tese com amor pelo meu país, pois não deixarei de lutar por um Brasil que respeite sua história, ancestralidade e, principalmente, por quem o constrói todos os dias, a população negra. O Brasil detém recursos naturais que qualquer país sonha ter, porém o projeto de nação que nos é imposto desde a colonização é claro: somos o curral do norte global.

Parafraseando Alcione, agora, na música Alerta Geral. Eu, projetista tenho obrigação com toda essa nação, não posso ficar calada diante o projeto biopolítico que vejo ser aplicado com excelência todos os dias sobre nossas vidas e corpos.

Dessa forma, faço desta monografia meu clamor aos colegas de profissão que se atentem às condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, em prol de um projeto governamental que tenha compromisso com a complexidade industrial e soberania nacional, entretanto acima de tudo com a população negra e indígena que desde sempre foram aqueles que construíram esse país com muito sangue, suor e lágrimas, mas ainda hoje se veem desamparados no acesso aos seus direitos fundamentais.

Lelia Gonzalez ao citar a fala de Molefi Kete Asante – “Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade. Uma linguagem revolucionária não deve embriagar, não pode levar à confusão” – explicita a necessidade de interpretarmos o Brasil por uma ótica latino-amefricana. Essa perspectiva é crucial para deslocar o olhar eurocêntrico que historicamente marginalizou as contribuições africanas, propondo, em seu lugar, uma visão centrada na agência e na produção cultural negra, enfatizando a matriz cultural africana como elemento unificador e estruturante das identidades negras nas Américas, fruto do processo diaspórico e da resistência à escravização.

E aqui me permito também quebrar o rito acadêmico da terceira pessoal e falar diretamente a quem aqui lerá sobre corpos negros, femininos, transgêneros, portadores de deficiência e neurodivergentes. Pois o que está em discussão nesta tese não é somente o estudo do outro como a academia propõe a todo momento, uma vez que aqui vos falo também de meu corpo, como pessoa transgênero feminina, negra e brasileira. Para explorar o conhecimento empírico das anedotas compartilhadas por muitos corpos dentro desse regime de diferenciação sexual e racial. A quebra do rito é respeito a minha história, afinal a raiva foi combustível para tudo que aqui está escrito.

Não por acaso, a autoetnografia é uma das metodologias adotadas nesta pesquisa. Essa escolha não é um mero recurso técnico; é um ato político-epistemológico de insurgência. (HOOKS, 2019) É a afirmação de que minha experiência vivida, longe de ser um viés a ser eliminado, é lente privilegiada – e necessária – para investigar as interseções entre raça, gênero, sexualidade e classe que moldam realidades como a minha, realidades sistematicamente apagadas ou distorcidas pelos cânones científicos tradicionais.

O papel da raiva como práxis insurgente de resistência é uma das múltiplas discussões propostas pela filósofa Audre Lorde (2019), segundo ela é comum que mulher negras, e ela como uma, sentir que a raiva é central na mobilização de sua vida, que muitas vezes, é ela que mantém algum desejo de viver nessa realidade que nossos corpos são tão violentados. Ela afirma “porque sou negra, porque sou mulher, porque não sou negra o suficiente, porque não sou uma determinada fantasia de mulher, porque eu sou eu”, em suma, o ódio vivido por ser si mesma em condição de

indivíduo é a origem da raiva que nos faz gritar, escrever e protestar por um mundo mais inclusivo.

É por isso que ousar esboçar uma crítica ao projetar hegemônico, que pretende a universalidade, pois sei bem, pela experiência empírica, quais são corpos que tem suas necessidades alcançadas nesse modelo que visa homogeneizar a experiência humana sob um único representante, o homem branco cisgênero heterossexual. O esforço deste trabalho é justamente pôr em choque as ficções de corpo, gênero, etnia e identidade em prol de uma epistemologia interseccional do projetar que realmente reconheça a diversidade brasileira.

Quem inicialmente chama atenção do perigo da história única é Chimamanda Ngozi, expondo como os sonhos e ambições que ela tinha inicialmente eram reflexos das narrativas embranquecidas que ela acessou em sua infância. Este é o poder de aniquilamento da indústria cultural do norte global sobre a vida dos povos colonizados, como nossa lente está sempre suja de aspirações construídas por narrativas neoliberais imperialistas, não conseguimos nem reconhecer que nossos sonhos não são nossos. Não é coincidência que grande parte da população brasileira sonha com sair do Brasil, bombardeados por conteúdo carregados com signos que diminuem o valor do Brasil e hipervalorizam a Europa e Estados Unidos, desenvolveu-se o que a linguagem popular chama de uma síndrome de vira lata. Mas assim como o cachorro caramelo que não encontra um lar e vaga pelas ruas comendo do primeiro lixo aberto que encontrar, o povo negro amefricano brasileiro não será adotado e aceito pelo país europeu em qual sonha morar.

Daí justifica-se a urgência de projetistas (*designers*) estarem atento a quais signos evocam suas produções, não simplesmente reproduzir as tendências do mercado e, principalmente, trabalhar com o resgate da memória de resistência brasileira, dado que a imaginário se demonstra essencial para cultivo da agitação política no subconsciente popular e na canonização de figuras históricas pertinentes para luta antirracista brasileira.

Problema de Pesquisa:

O *design*, historicamente, desempenha um papel central na construção de narrativas, de espaços urbanos e no método de criação de produtos, serviços e projetos. “Quais são as práticas e discursos (episteme) no *design* que operam para manter a segregação e controle das populações marginalizadas no contexto brasileiro?” Esse questionamento fundamenta a pesquisa, buscando investigar como o design, quando entendido como um dispositivo de biopoder situado na era farmacopornográfica, contribui para a perpetuação do *apartheid* social e racial brasileiro, moldando identidades e corpos, normalizando as exclusões e definindo quem acessa ou não determinado espaço, produto ou serviço.

A hipótese central desta pesquisa é que o *design* atua como uma ferramenta de biopoder que, de maneira intencional ou não, reforça as hierarquias sociais e raciais estabelecidas no Brasil. Ao operar dentro de uma lógica de controle e disciplinamento dos corpos, o *design* contribui para a manutenção do *apartheid* social e racial, naturalizando as hierarquias sociais e raciais estabelecidas no Brasil e privilegiando pessoas brancas, cisgêneras, heterossexuais, neurotípicas e não portadoras de deficiência enquanto marginaliza pessoas negras, transgêneras, de sexualidade não heterossexual, neurodivergentes e portadoras de deficiência, através de práticas visuais, espaciais e projetuais que refletem e reproduzem as ideologias dominantes, uma vez que compactua com a mesma epistemologia hegemônica.

O pressuposto básico para bem interligar o tema, é a de que o capitalismo industrial monopolista impede o crescimento equilibrado das forças produtivas em regiões marginais ao centro capitalista. Este fato, no Brasil, está intrinsecamente conectado com o racismo estrutural uma vez que o processo de acumulação primitiva nesse território somente ocorreu devido ao modelo de produção escravista. Além disso, necessita-se contextualizar a mudança de paradigma na forma de gerir a vida que passou do espetáculo explícito da morte para a invisibilidade do deixar-se viver e, posteriormente, se tornou o governo do prazer no regime farmacopornográfico.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral:

Analisar criticamente o papel do design como dispositivo de biopoder na realidade brasileira, destacando como ele contribui para a manutenção e fortalecimento do apartheid social, racial e sexual. Este estudo pretende revelar as interseções entre design, biopolítica e racismo estrutural, utilizando os conceitos teóricos de Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Paul B. Preciado, Michel Foucault, Louis Althusser sob uma ótica decolonial em prol da construção de um Brasil mais diverso e que respeita a epistemologia amefricana.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar os discursos e práticas de *design* que reforçam o racismo estrutural e as desigualdades sociais no Brasil, explorando como esses elementos são incorporados em políticas públicas, projetos urbanos, campanhas publicitárias e outros produtos de design.
- Explorar a aplicação dos conceitos teóricos de biopolítica e aparelho ideológico de estado ao campo do *design*, utilizando as contribuições de Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Michel Foucault, Paul B. Preciado e Louis Althusser para compreender como o *design* atua na conformação de identidades e na regulação dos corpos no Brasil, em especial da população negra.
- Examinar estudos de caso específicos no contexto brasileiro, que demonstrem como o *design* é utilizado como uma ferramenta de segregação e controle social, analisando exemplos de planejamento urbano, políticas públicas, campanhas de marketing, metodologia de projeto e o funcionamento das redes sociais que impactam diretamente a vida de populações marginalizadas.
- Instigar o debate sobre complexidade produtiva, soberania nacional e em prol de realmente tornar o estado direito democrático algo compartilhado entre todos os brasileiros e não somente os cidadãos brancos.
- Contribuir com objetivos número 5 – Igualdade de gênero, número 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, número 9 – Indústria, Inovação e

Infraestruturas e número 10 – Redução das desigualdades do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável delimitados pela Organização das Nações Unidas.

1.2 Justificativa

É necessária certa imaginação para conseguir entender como os projetos de vida estão intrinsecamente conectados com o estudo do *design*, pois a forma como se organiza a realidade mesmo estando em frente aos olhos, normalmente tem seus mecanismos invisibilizados por discursos de naturalidade. A forma de pensar, agir e interagir com o mundo ao redor é definida pelas características materiais de como se vive a vida, em conjunto quais ferramentas e tecnologias se têm ao alcance. Por exemplo, o que se come; como se come; quantas horas se é normal trabalhar ou estudar; o que se faz no tempo livre; o que se assiste ou ouve; o que se produz; como se produz; tudo isso é indicado por uma ficção somatopolítica que tem como objetivo número um a manutenção de corpos economicamente ativos, ou seja, que produzam e consumam. Por mais que esteja diante de nossos olhos, a roupagem de naturalidade normaliza os mecanismos que fomentam a ecologia política supremacista branca patriarcal imperialista.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Pesquisa Bibliográfica e Documental

- **Objetivo:** Desenvolver um entendimento profundo dos conceitos teóricos e das contribuições dos autores centrais à tese.
- **Descrição:** Revisar e analisar obras e artigos acadêmicos de Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Paul B. Preciado e Foucault, além de outros teóricos decoloniais relevantes ao contexto da biopolítica e racismo estrutural no Brasil. Isso também inclui a análise de documentos históricos e políticas públicas relacionadas que possam se relacionar com design e à biopolítica.
- **Justificativa:** Esta metodologia proporciona uma base teórica sólida, necessária para contextualizar e fundamentar a discussão sobre o design sob a ótica de uma perspectiva biopolítica.

Autoetnografia

- **Objetivo:** Investigar como as experiências subjetivas da pesquisadora, enquanto profissional no campo do design, evidenciam as formas pelas quais o design opera como dispositivo de biopoder, disciplinando e normatizando corpos no Brasil.
- **Descrição:** Este trabalho adota a autoetnografia como abordagem metodológica qualitativa que entrelaça a experiência pessoal da pesquisadora com o contexto sociocultural e histórico do design. Em suma, a experiência pessoal será ponto de partida e lente teórico-metodológica para a compreensão do design enquanto tecnologia biopolítica.
- **Justificativa:** No contexto deste trabalho, a autoetnografia possibilita a problematização das práticas do design para além da lógica funcionalista ou estética, abordando-o como prática atravessada por relações de poder que modelam corpos, subjetividades e modos de vida. Tal abordagem visa também romper com a noção de neutralidade metodológica, contribuindo para uma epistemologia crítica, engajada e comprometida com a transformação da estrutura socioeconômica.

Análise Visual e Semiótica

- **Objetivo:** Decifrar os significados e mensagens implícitas em representações visuais e produtos de design que reforçam ficções biopolíticas hegemônicas.
- **Descrição:** Utilizar a análise semiótica para examinar materiais gráficos, produtos de design e sua intersecção com território do corpo, desvendando os signos e símbolos que perpetuam estruturas de desigualdade e discriminação.
- **Justificativa:** O design é uma prática visual, e a semiótica pierceana permite compreender como os significados visuais são construídos e como influenciam percepções e comportamentos sociais. Além disso, a semiótica ferramenta de análise das ficções somatopolíticas no regime farmacopornográfico.

Estudo de Casos

- **Objetivo:** Identificar e examinar exemplos concretos de como o design foi utilizado para segregar e controlar populações no Brasil.
- **Descrição:** Escolher casos específicos, como projetos urbanos, iniciativas de design gráfico ou campanhas de comunicação, que demonstram a utilização do design como ferramenta de segregação e controle. Isso pode incluir análise de bairros planejados, infraestrutura urbana em favelas, ou a representação de grupos minoritários em campanhas de marketing.
- **Justificativa:** O estudo de casos permite uma análise detalhada e prática de situações reais, ilustrando como os conceitos teóricos se manifestam materialmente no dia-a-dia do brasileiro.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve história do *design*

Para falar da intersecção entre *design* e biopolítica, antes de mais nada é necessário conceituá-los. Tendo em vista que a apresentação desse trabalho de conclusão de curso se dá em uma graduação de *design*, entende-se que há uma maior urgência em estabelecer em quais termos aqui se fala sobre *design*.

Sem delongas, no que se pretende discutir e aprofundar extensamente neste trabalho, o conceito de *design* como pratica projetual é o mais importante.

Todavia, reafirmá-lo sem contextualizar as condições históricas e socioeconômicas que o criaram seria ignorar aspectos materiais necessários para conectar com o nosso próximo tópico, a Biopolítica. Além disso, sabendo que vamos falar desses conceitos em um território específico, sendo esse o Brasil, será proveitoso discernir de onde são as principais influências e quando o Brasil começa a institucionalizar a profissão do designer.

A história do Design começa após o século XVIII para academia ocidental, antes disso, por mais que existam conhecimentos populares e ancestrais escondidos ou ignorados no passado, entende-se toda a produção de forma geral de “artesanato”, palavra, hoje, usada para diferenciar uma produção técnica interdisciplinar de *design* de uma produção sazonal na qual a ação projetual supostamente não tem metodologia definida.

Com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, o cenário de produção começou a mudar radicalmente. A mecanização trouxe consigo a produção em massa, tornando os produtos mais acessíveis, mas também gerando preocupações sobre a perda da qualidade e do caráter artesanal dos objetos. Nesse contexto, o design começou a emergir como uma disciplina autônoma, voltada para a criação de produtos que conciliavam funcionalidade, estética e produção industrial.

Arquitetos como o inglês William Morris e o alemão Peter Behrens foram pioneiros em levar os princípios arquitetônicos para o design de produtos industriais. Morris, através do movimento Arts and Crafts, defendia a valorização do artesanato e a união da arte com a utilidade, enquanto Behrens, que colaborou com a AEG na

Alemanha, destacou-se por integrar o design industrial à arquitetura, criando uma identidade visual coerente para a empresa. Nota-se que o *design* se conecta profundamente com a arquitetura uma vez que sua história foi cunhada por arquitetos.

Essa relação íntima entre arquitetura e design continuou a se desenvolver, especialmente através da escola Staatliches Bauhaus, fundada pelo arquiteto alemão Walter Gropius em 1919. Ela foi pioneira ao formalizar o ensino formal de design em nível superior. (PAULA et al., 2010) Ademais, a Bauhaus, influenciada pelo Modernismo, adotou uma abordagem funcionalista na qual "a forma segue a função" e enfatizou a necessidade de formar *designers* que fossem, ao mesmo tempo, artistas, arquitetos e artesãos, rompendo com as barreiras tradicionais entre essas disciplinas e consagrando a interdisciplinaridade como base para um bom profissional no *design*.

Além disso, a escola estabeleceu a relação direta entre o *design* e a indústria, defendendo que o *designer* deveria estar em sintonia com a produção em massa, criando objetos que além de funcionais fossem fáceis de serem produzidos em grande escala. A integração com o setor industrial não apenas refletia a demanda crescente por produtos mais acessíveis e úteis como também evidenciava a necessidade por mão de obra qualificada, capaz de lidar com as novas exigências técnicas e projetuais da indústria moderna.

Devido à ascensão do regime nazista na Alemanha durante a década de 1930, a Bauhaus foi forçada a encerrar suas atividades. O governo nazista considerava a escola alinhada à princípios anti-germânicos, resultando em sua perseguição e subsequente fechamento em 1933. Após o término da Segunda Guerra Mundial, uma nova instituição foi fundada com o objetivo de dar continuidade aos princípios da Bauhaus. A Hochschule für Gestaltung Ulm (Escola Superior da Forma de Ulm) foi estabelecida pelo designer alemão e ex-aluno da Bauhaus, Max Bill, seguindo as diretrizes do funcionalismo.

A Escola de Ulm deu um novo impulso ao design industrial, com foco ainda maior na racionalidade, na funcionalidade e no uso da ciência e tecnologia como pilares para o desenvolvimento de projetos. De tal forma que consolidou o *design* como uma disciplina científica orientada para resolver problemas práticos da indústria moderna. Foi em Ulm que a interdisciplinaridade, pregada na Bauhaus, foi fundida à uma forte ênfase em métodos analíticos científicos e a formação cultural modernista

para criar *designers* capazes de lidar com as exigências de uma economia cada vez mais industrializada.

Aí está posta a conjuntura internacional e o referencial teórico com que o *design* chega ao Brasil. Todavia, a realidade do norte global é totalmente dispare da dos brasileiros. Enquanto nações colonizadoras, como Inglaterra e Alemanha, hoje vistos como o berço do *design*, já haviam consolidado processos robustos de industrialização, impulsionados pelos recursos extraídos de suas colônias, o Brasil, assim como outras nações do Sul Global, ainda se encontrava nas etapas iniciais de sua industrialização. (WILLIAMS, 1944)

Portanto, não é estranho que a formalização e institucionalização do design no Brasil se dê quando ocorra o primeiro impulso significativo para industrialização do Brasil. Por isso, é impreterível que se contextualize a que pé se encontrava a industrialização brasileira. A partir de 1930, o governo instituiu uma política industrial de substituição de importações com intuito de minimizar os danos causados pela crise global de 1929. Como a economia internacional estava abalada, o preço das commodities viria abaixar fazendo com que economias pouco industrializadas sofressem mais severamente os efeitos da crise.

Em razão disso, o Brasil não poderia mais contar somente com a demanda externa de café para subsidiar o país. Não havendo uma injeção contínua de capital estrangeiro, não seria possível prosseguir com o frugal processo de industrialização brasileiro. Logo, almejando reduzir a dependência de importações de bens industrializados dos países do norte global e aumentar a complexidade dos bens produzidos no país, o governo fomentou o desenvolvimento de indústrias nacionais e estatais, em setores chaves, com foco no consumo interno.

Todavia, o processo de industrialização por substituição de importações cria problemas específicos no cenário latino americano o qual é marcado pela interferência do imperialismo internacional. Segundo Kurt R. Unger:

Os últimos efeitos desprendem-se de um círculo vicioso de efeitos causais recíprocos, no qual podemos identificar quatro vértices principais: o emprego de poucos (desemprego), o déficit do setor externo (particularmente, déficit da balança comercial), a concentração da renda (como determinante de uma estrutura de demanda), e as características tecnológicas dos produtos e processos "reprodutivos" de importações (alta relação K/L, requerimentos de insumos importados, dificuldades competitivas, penetração do investimento estrangeiro etc). (UNGER, 1977)

Ao observar o andamento da industrialização nos anos 50 e em especial no governo de JK conhecido pelo mote “50 anos em 5” essas contradições do modelo de substituição de importações fica claro. Particularmente, pela dependência tecnológica e econômica criada pelo projeto industrial seguido sem grandes rompimentos com a elite interna.

Como visto anteriormente, a profissão de *designer* surge em consonância ao processo de industrialização dos países, uma vez que surge a necessidade por mão de obra especializada que opere e projete dentro da complexidade industrial. E assim, como a indústria brasileira depende do desenvolvimento tecnológico externo, as instituições formadoras dependem do desenvolvimento científico externo.

Então, observa-se que a produção cultural internacional integra e influencia fortemente a formação do arquiteto, artista e designer. Nesse sentido, o MASP (Museu de Arte de São Paulo) nasce como uma tentativa de Assis Chateaubriand de “elevar” o ecossistema de cultura do Brasil ao criar um museu de nível internacional em São Paulo. Veja bem, como aqui já se encontra um pressuposto discursivo em que a cultura brasileira por si só não poderia ser entendida como suficiente, logo haveria necessidade de importar de outros países o que, naquela época, era inovação e progresso.

Mesmo que esta tese não pretenda rejeitar a importância do avanço tecnológico para o desenvolvimento da área de Design no Brasil, será ressaltado quais foram as pré-condições necessárias para que um estado-nação tenha atingido alto nível de complexidade produtiva antes que o outro. Historicamente, é a custo desse “outro” que se constrói essas condições, principalmente quando se identifica qual desses países consagrados como berço do Design já invadiram e colonizaram outros países. Ironicamente, um desses possíveis “outros” é o Brasil, território e terra no qual a UNESCO se encontra, contudo o alfabeto normativo acadêmico ainda insiste em guiar-se por uma bússola científica eurocêntrica. É este o resultado de uma aplicação distanciada: Incapacidade de reconhecer a própria realidade e a absolvição dos crimes cometidos contra a população brasileira, em especial negra e periférica.

É dessa conjuntura que surgem as primeiras discussões referentes a institucionalização e formalização do design no Brasil. Delas surgem a primeira escola de desenho industrial do Brasil, o Instituto de Arte Contemporânea, o qual foi inaugurado em 1951 no próprio MASP. Nele estudaram importantes designers

modernistas brasileiros, entre os quais estão Alexandre Wollner, Antônio Maluf, Emilie Chamie, Estella Aronis, e Ludovico Martino. (LEON,2015)

A arquiteta Lina Bo Bardi foi responsável por idealizar e coordenar o instituto, ela tentou ao máximo propor uma educação conectada as raízes do design tanto que se nota a influência modernista nas formações proporcionadas pelo IAC. Tendo como cânone principal a escola de Ulm, sendo até ali disponibilizadas aulas lecionadas até mesmo por seu criador, Max Bill. (HATADANI et al., 2010)

Outra escola que teve influência direta de Max Bill em sua criação foi a ETC (Escola Técnica de Criação), qual foi fundada em 1958 dentro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Nascida da sugestão de Max Bill, o museu incorpora em sua estrutura uma escola nos moldes da Ulm. (HATADANI et al., 2010)

Em 1962, a FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) incorporou o design em seu projeto pedagógico curricular sobre o nome de desenho industrial. Também, teve forte influência da escola de Ulm.

Em 1963, a ESDI (Escola Superior de Desenho Industrial) é fundada no finado estado de Guanabara – atualmente, Rio de Janeiro –, seguia a vertente da Escola de Ulm. IES(Instituições de Ensino Superior)

Em 1976, os cursos de Desenho Industrial e Comunicação visual foram instalados na Faculdade de Ciências da Fundação Educacional de Bauru (FEB) que posteriormente viria se tornar a UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") com a incorporação feita 1988.

Note que a lista aqui não contempla necessariamente todas as faculdades criadas de desenho industrial no Brasil até 1976, ela foi organizada de tal forma para propor um recorte das primeiras instituições do país, pensando nas principais instituições do sudeste.

No decorrer das décadas de 70 e 80, vários outros cursos de graduação em desenho industrial seriam criados, com o mesmo intuito de criar profissionais prontos para agir na indústria, assim acelerando o processo de industrialização do país.

O crescimento do Design no país deu-se nas décadas de 1970 e 1980, devido ao estímulo às exportações nessa época. Houve o incremento de profissionais e escritórios especializados em Design, além dos setores internos específicos para administrar projetos de design nas indústrias.

Nesse período houve projetos para regulamentação da profissão, foram criadas associações profissionais e a realização de eventos específicos para a área. (MAIA FILHO, 2021, p. 99)

Nota-se a repetição de uma terminologia alternativa antiga a palavra *design* já tão repetida neste documento, “Desenho industrial”. Pois, é de grande interesse para a pesquisa o nome usado para se referenciar a profissão de *design*. Entender como o nome da profissão mudou e porque mudou, pois o nome atual é um estrangeirismo adotado de forma acrítica, muito pouco conectado ao Brasil, o que cria uma falha de comunicação recorrente entre *designer* e a população, especialmente quando se reconhece o déficit no acesso à educação formal e digital que o país ainda vive.

Foi a resolução nº 5, de 8 de março de 2004, emitida pelo Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Design e ao mesmo tempo rebatizou o curso de Desenho Industrial para Design.

A resolução reconhece a terminologia "Design" e a utiliza como forma generalista, para identificar os cursos em suas variadas habilitações profissionais, mas deixando espaço para a possibilidade de linhas de formação específica. Determina a organização do curso através do seu projeto pedagógico, contendo todas as informações para sua operacionalização, junto à IES. (MAIA FILHO, 2021, p. 100)

Na resolução se delimita três eixos de formação: conteúdos básicos, conteúdos específicos e conteúdos teórico-práticos. Os básicos são os conteúdos mais humanísticos, conectados a comunicação e contextualização de projeto, todavia não definem exatamente uma vertente de interpretação para os conteúdos listados. Já os conteúdos específicos estão ligados ao desenvolvimento da qualidade técnica da execução do trabalho em *design*. Por último, os conteúdos teóricos práticos, são específicos à habilitação escolhida e buscam a coordenação entre teoria e prática projetual.

Entretanto, a resolução não delimita qual referencial teórico devo ou não ser valorizado e usado, em uma ecologia política em que a universalidade é pautada pela perspectiva eurocêntrica a falta dessa definição implica em um léxico semântico pautada na experiência externa e não na identidade brasileira. Também, deixa-se em

aberto qual o conceito de atuação no *design*. Portanto, é necessário definir o papel do design na contemporaneidade buscando entender suas intersecções entre cultura e política para dar continuidade a discussão aqui proposta.

3.2 O conceito de *design* na contemporaneidade

Para Klaus Krippendorff (2005), o *design* é um modo de vida. O que ele quer dizer com isso é que toda produção de *design* vai além da sua funcionalidade material, ela também cria uma forma de interagir com o mundo, ou seja, um modo de viver. Um garfo não é apenas um utensílio, mas um símbolo cultural que define como comemos.

Isso muitas vezes é explicitado pelo choque cultural, quando se depara com outras formas de realizar atividades cotidianas, o povo brasileiro, por exemplo, estranha o fato de duas varetas curtas de madeira (*hashi*) serem utilizadas como talher pelo povo japonês. Mesmo assim, não se pode negar o caráter cultural e pertinência sócio-histórica que isto carrega para o outro, mesmo que se ache estranho. Em um mundo globalizado, exercer o relativismo cultural se torna necessário para conseguir respeitar as intersecções de cada indivíduo, todavia é preciso ter um olhar crítico sobre quais são os comportamentos percebidos como desejáveis e de qual países que conseguem manter sua soberania e cultura intactas frente a um mundo cada vez mais hiperconectado.

Implantar invisivelmente experiências e comportamentos ao cotidiano é objetivo de todo *designer*, se você é um profissional que consegue fazer o consumidor/usuário se relacionar de forma natural e sem atrito algum com qualquer produto ou serviço projetado significa que já superaste um dos maiores desafios da área do *design*.

O design enfoca o caráter operacional dos artefatos materiais e semióticos, interpretando a sua função e a funcionalidade não em termos de eficiência física, como acontece nas engenharias, mas em termos de comportamento incorporado em uma dinâmica cultural e social. (BONSIEPE, 2012, p. 19)

Em suma, um bom *design* é um *design* que integra a vida cotidiana de seu usuário sem que haja estranhamento por parte do mesmo. Isso se demonstra de extrema importância no século XXI em que as ferramentas digitais se tornam cada vez mais comuns no dia-dia de todos humanos e novas interfaces digitais surgem a

cada ano. Não é por acaso que o design de experiência do usuário (*UX*) e design de interface do usuário (*UI*) sejam a principal área a ofertar empregos no momento, afinal nasceram dessa demanda por integrar diferentes interfaces tecnológicas e a vida humana de forma natural. Portanto, é interessante analisar quais são os comportamentos comumente instigados pelos projetos, qual a cultura organizacional que os projetos de design estão inseridos e se eles o reforçam consciente ou inconscientemente a forma de pensar hegemônica. Para isso, entender a mudança de paradigma no governo da vida é necessário, pois é a partir dela que se constrói noções de quais comportamentos são bons ou ruins para sociedade.

3.3 O conceito de biopolítica

Entender o conceito de biopoder será necessário para iniciar-se a comunicação com os outros temas desta tese, pois existe um normal em toda ecologia biopolítica, é de importância máxima, para este trabalho, definir qual é esse corpo e a quem ele pertence no Brasil.

A biopolítica é um conceito cunhado pelo filósofo Michael Foucault que surge da análise de transformações na forma de exercer poder a partir do século XVII. Quando o poder soberano dos governos absolutistas enfraquece, surge uma nova forma de governar, essa voltada ao gerir da vida, não apenas pela possibilidade de fazer morrer, mas pela decisão imperativa de fazer viver. Essa mudança de paradigma, sobre como governar a vida humana, inaugura o biopoder, tema exaustivamente debatido pelo autor. Segundo Foucault, o biopoder se reparte em dois eixos principais: a disciplina e a biopolítica. Leia-se:

Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se assim a era do “biopoder” e da “biopolítica” (FOUCAULT, 2012, p. 131).

A disciplina refere-se às técnicas empregadas para tornar os corpos individualmente economicamente produtivos. Nesse sentido, as instituições como escolas, prisões, trabalhos, igrejas atuam como adestradores humanos definindo

comportamentos através de horários rígidos, arquiteturas de vigilância e hierarquias que visam a punição de seus subordinados.

A biopolítica, em contraste a disciplina, atua em uma escala macro, através do controle de processos e estatísticas biossociais como natalidade, migração, acesso à educação, à saúde, à moradia e à terra. Em suma, através do controle das instituições e políticas públicas e pela delimitação de quem poderá acessá-la ou não.

É importante entender que esses dois fundamentos não são antagônicos, mas interdependentes, funcionando sempre em simbiose. Enquanto a disciplina produz corpos domesticados e produtivos, a biopolítica administra a população como conjunto de recursos a serem otimizados.

Diante isso, Foucault afirma que o que torna esse mecanismo eficaz é sua invisibilidade, já que, ao contrário do poder soberano, que necessitava de demonstrações públicas de violência e morte para impor o certo e o errado, o biopoder se destila no cotidiano, nos processos que o estruturam, por exemplo, no trabalho e na escola, observa-se as regras definidas para que esses ambientes sejam denominados como produtivos. Horários rígidos, grade curricular engessada, arquiteturas que promovem a vigilância dos corpos ali presentes, etc.

Vale ressaltar que o uso da invisibilidade é intencional, ao dissimular-se sob a aparência de neutralidade técnica, o biopoder se alicerça como processo natural da vida, já que é através dela que se faz viver. Sendo assim, aquele ou aquela que critique o status quo estaria indo de encontro à própria natureza dos processos sociais, internalizando nos corpos e mentes um escudo argumentativo contra confrontos diretos, sempre em nome da manutenção da ordem e pacto social. O poder, dessa forma, não se impõe, ele se normaliza, produzindo verdades que parecem incontestáveis.

O que faz desse mecanismo ser tão deletério é sua invisibilidade, uma microfísica do poder, que por processos sutis, constrói um maquinário completo, produz uma normalidade, uma verdade, que exclui, os “anormais” (FOUCAULT, 2001, p. 31).

Daí é possível inferir-se que o alicerce do biopoder é a ideia de normalidade, todavia ao se definir o que é normal também se define o que anormal, se para o biopoder o corpo saudável produtor de valor e reprodutor heterossexual é o normal,

então se pressupõe que os corpos doentes, de sexualidade não heterossexual e improdutivos de trabalho são os anormais. Tendo esses demarcadores definidos o biopoder age silenciosamente, através da negação sistemática de acesso aos mecanismos de fazer viver, ou seja, a negativa às políticas públicas. Por exemplo, a falta de atenção pública às doenças negligenciadas, a precarização do trabalho informal, a carga tributária regressiva, o teto de gasto em nome da austeridade fiscal são formas de deixar morrer mascaradas por discursos de eficiência econômica ou interesse coletivo. Esse é o resultado de uma triagem biopolítica que hierarquiza o valor da vida segundo a capacidade produtiva.

A naturalização dessa exclusão é possível justamente porque o biopoder se apresenta como protetor da vida e mantenedor da espécie humana, ora não é por acaso que a heterossexualidade seja um dos requisitos para o título de normal. Ao internalizar a ideia de que apenas corpos com características específicas contribuem para sociedade, aceita-se passivamente a morte daqueles que são vistos como fardo ou ameaça a manutenção da ordem. Assim, a crítica ao sistema é deslegitimada como irracional ou contra o progresso da humanidade.

Por último, é relevante salientar que esse mecanismo de exclusão não é acidental, ele é construído de tal forma a otimizar a própria população que é governada, se você não oferece valor (seja ele, financeiro ou sexual) seu corpo estará encaminhado ao descarte.

3.4 Revoluções industriais e seus impactos na profissão

Como discutido anteriormente o *designer* é uma profissão subproduto do processo de industrialização, afinal as primeiras roupagens da profissão nascem justamente da necessidade de um profissional que conseguisse alinhar a demanda humana com o uso das novas máquinas impulsionadas pela evolução da tecnologia. Essa relação simbiótica baliza, de forma tão intrínseca, a área de *design* que podemos observar novas áreas do *design* surgirem concomitantemente as novas indústrias que foram criadas a partir de cada etapa da revolução industrial.

Na primeira revolução industrial, a invenção das máquinas a vapor em conjunto com a mecanização do processo produtivo não apenas transformaram a indústria,

mas exigiram a criação de novos profissionais como já abordado anteriormente. Um desses novos profissionais, a nascer da revolução, foi o *designer*. É possível, então, inferir que a necessidade de desenvolver máquinas eficientes, como locomotivas e teares mecânicos, impulsionou o design mecânico-industrial, focado em sistemas de engrenagens e estruturas metálicas.

Paralelamente, a organização de fábricas e ferrovias demandou o design arquitetônico industrial, que redefiniu espaços produtivos para otimizar fluxos de trabalho, esse os quais estão sobre a égide do biopoder, logo deduz-se que a origem do design contribui com práticas do governo da vida.

Além disso, a padronização de peças intercambiáveis estabeleceu as bases do design de produtos básicos, priorizando funcionalidade e reprodução em série. Para os designers da época, isso significou uma transição do artesanato para a ênfase em precisão técnica e planejamento sistemático, marcando o surgimento do designer como um profissional ligado à engenharia e à indústria.

Na segunda revolução industrial, a chegada da eletricidade e da produção em massa, o design expandiu seu escopo para atender às demandas do consumo de larga escala. A linha de montagem de Henry Ford, por exemplo, exigiu não só a otimização de processos, mas também o design de produto industrial, que equilibrava funcionalidade e estética para atrair mercados em expansão. A supracitada Bauhaus integrou arte e técnica, tornando o design uma disciplina estratégica para a indústria.

Simultaneamente, a ascensão da publicidade e das marcas globais impulsionou o design gráfico comercial, com cartazes e embalagens que comunicavam identidades visuais. Ainda nesse período, estudos de ergonomia, associados ao taylorismo, trouxeram ao designer a responsabilidade de humanizar ambientes fabris, melhorando condições de trabalho. Assim, o profissional passou a atuar como um mediador entre eficiência industrial e necessidades humanas, consolidando seu papel multidisciplinar.

Na terceira revolução industrial, as telecomunicações, a internet e tecnologia da informação revolucionaram a forma como a tecnologia interage com a sociedade. A popularização e, subsequente, democratização dos computadores e celulares, por exemplo, exigiu o surgimento do design de experiência e de interfaces (*UI/UX*), com

profissionais criando experiências intuitivas para as diferentes interfaces que vieram a surgir da complexidade tecnológica atingida, como sistemas operacionais, websites, aplicativos, unidades de resposta audíveis e bate-papos online.

A conectividade e, conseqüentemente, a globalização proporcionada por essas tecnologias ampliaram o escopo para o design de serviços, que passou a integrar plataformas de *e-commerce* e logística complexa, como a da *Amazon* ou, no caso brasileiro, Mercado Livre. Para os *designers*, isso significou dominar ferramentas digitais e adotar uma visão sistêmica, atuando não apenas na criação de objetos, mas em ecossistemas de informação e consumo, assim reforçando a importância do campo do design de informação e experiência.

Na quarta revolução industrial, o antropoceno, a internet das coisas (IoT), a automação inteligente e total do processo produtivo e a inteligência artificial constituem uma era onde tudo é quantificado, consegue-se dados sobre todos os aspectos da vida na Terra em tempo real para monitorarmos tudo que se tiver interesse. Nesse contexto, os dados se tornam o principal produto de venda,

Cada uma dessas etapas funcionou como um catalisador para redefinir o papel do designer. Se no século XVIII a prioridade era a funcionalidade mecânica e produção massificada, hoje o profissional navega entre algoritmos, interfaces e sustentabilidade. Pode-se afirmar também que *design* sempre foi sinônimo de inovação, já que sempre foi imperativo que nossa profissão estivesse a par das novas tecnologias para contribuir com a usabilidade e acessibilidade dos produtos construídos com o decorrer da evolução tecnológica pelos anos.

Nesse processo histórico, a intersecção entre biopolítica, indústria e design materializou-se na configuração espacial e operacional dos ambientes produtivos, operacionalizando mecanismos de biopoder. O design arquitetônico-industrial do século XIX, ao otimizar fluxos e disciplinar corpos em fábricas e ferrovias, estruturou o espaço conforme parâmetros de eficiência que categorizaram implicitamente a força de trabalho e normalizaram hierarquias sociais.

Essa racionalização técnica, longe de ser neutra, institucionalizou formas de controle que transcendiam a esfera produtiva, moldando a organização social sob a lógica industrial e estabelecendo as bases para uma gestão diferencial da vida. Tal gestão, ao naturalizar desigualdades através de aparatos técnicos e espaciais,

constitui dispositivo que permitiria, em contextos específicos como o brasileiro, a canalização sistêmica desses mecanismos de biopoder para o controle e a subjugação de grupos racializados, em especial a população negra, em prol da manutenção de um regime de diferenciação racial. O *designer*, ao agir como gestor projetual da biopolítica, então carrega consigo potencialidade biopolítica de definir quais corpos ou não são válidos através da segmentação do público.

Discutiu-se como o *design* está conectado à biopolítica, ao controle, em microescala, dos indivíduos e, em macroescala, da população. Todavia, para os termos desta tese essa discussão ainda está superficial, ainda carece-se conectar como o mecanismo de biopoder amparado pelo design controla especificamente a população negra em prol da manutenção do regime de diferenciação racial no Brasil.

Se a marca da biopolítica é a escolha de fazer viver, entende-se que a omissão e o descaso com a oferta de políticas públicas que façam viver para uma parte da população, quaisquer que sejam, impliquem na negativa a vida desse público, em suma seu aniquilamento e, por isso, as ações e escolhas políticas são responsáveis por essas mortes.

No Brasil, essa parte da população, não delimitada na oração anterior em prol da aplicação geral do conceito, é a população racializada especificamente a negra e indígena. Temos séculos de violações aos direitos humanos da população negra, tudo isso tem conexão com o processo histórico de formação do estado-nação do Brasil, são as pré-condições sócio-históricas que explicam o cenário devastador que ainda hoje nos encontramos.

Porém antes de se aprofundar, na história do Brasil, será necessário expor a origem do pensamento moderno e como ele é construído para justificar a ideologia colonial, a qual a todo momento subsidiava a ideia de superioridade, em múltiplas disciplinas, dos povos coloniais invasores sobre as pessoas escravizadas negras e indígenas.

3.5 Genealogia do racismo moderno

Neste capítulo iremos nos aprofundar sobre como o estado brasileiro foi criado a partir de práticas racistas que implicaram no estado de direito supremacista branco burguês. Por isso é necessário que haja uma contextualização histórica para entendermos

como chegamos até aqui. O primeiro tópico que será aprofundado é sobre os estudos de Cornell West, pois o mesmo explica de forma sucinta e impecável, a origem do racismo moderno. Ele explicita as bases culturais, científicas e filosóficas para que se justifique a desumanização do corpo e vida da população negra. A partir do pensamento de West, perceberemos um padrão que se repete até hoje usado para desmerecer toda e qualquer produção negra, impulsionando o aniquilamento material e imaterial.

O racismo moderno se ancora nos pressupostos do discurso moderno que por consequência gestaram o supremacismo racial branco construído desde a revolução científica (West, 2002). Para isso, determinou-se três dimensões que se naturalizaram no imaginário social, legitimando a segregação da população negra: as noções de ciência, cultura e beleza.

A ideia de supremacia branca é um enorme intestino solto pela estrutura do discurso moderno, uma secreção significativa gerada a partir da fusão criativa de investigação científica, filosofia cartesiana e estética clássica e normas culturais. Desnecessário dizer, o odor deste intestino e as emanções desta secreção continuam a poluir o ar de nossos tempos pós-modernos. (WEST, 1982)

Segundo West, essas três noções configuram a ideologia racista encontrada no pensamento moderno e legitimam as atrocidades que aconteceram durante a idade moderna, responsáveis por construir uma estrutura racista. O importante é notar que esses pilares também são os cânones que sustentam, até os dias de hoje, as noções de ciência no Ocidente, apesar de suas notáveis contribuições racistas. Autores como René Descartes, Carl Lineu, Johann Friedrich Blumenbach, Immanuel Kant, David Hume, Voltaire, Montesquieu, John Locke e muitos outros nomes de que já se exauriu o que citar são santificados nas Universidades por serem o registro histórico do início de disciplinas acadêmicas, como ciência, filosofia, medicina, matemática e artes na Europa.

West caracteriza as metáforas dominantes construídas durante a revolução científica, renascimento clássico e no método cartesiano como alicerce do discurso moderno. A revolução científica ao validar as ideias de observação e prova como método científico, o renascimento clássico ao resgatar os ideais estéticos de beleza greco-romana e a razão cartesiana ao separar mente e corpo, consolidando a

epistemologia baseada na lógica criaram uma nova forma de pensar e produzir conhecimento na era Moderna.

Todavia, todas essas definições também implicaram em um padrão universal e em um método com qual se julgou outras culturas e etnias. As disciplinas da história natural (biologia, antropologia, ecologia, geografia, física, etc) sob a alcunha de objetividade científica classificaram os seres humanos entre superiores e inferiores por suas características físicas visíveis, transformando diferenças culturais em fatos biológicos monolíticos. A referência clássica se tornou a régua com qual a ciência media os corpos e a civilidade de um povo, quão mais distante do ideal de beleza branco europeu, mais irracional e selvagem uma população era entendida, assim justificando a necessidade de uma “missão civilizatória”. E por fim, o método cartesiano desqualificou epistemologias alternativas, uma vez que entendia a razão como único meio de para encontrar a verdade.

Ao aglutinar essas noções, o discurso moderno produziu uma autoridade tripla entre ciência, arte e filosofia que naturalizou a supremacia branca. Elas são os pressupostos invisíveis que validam como verdade o racismo moderno, sendo um subproduto matemático das hipóteses errôneas propostas pelos pensadores da modernidade. A análise de West brilha por mostrar que mesmo as áreas do conhecimento científico, frequentemente entendidas como verdades neutras, carregam partículas discursivas racistas desde sua origem, e mais que, esses pensamentos ainda rondam com naturalidade na forma de pensar na contemporaneidade, já que fazem parte da base epistemológica do produzir ciência no Ocidente.

Importante ressaltar que o discurso moderno e suas implicações racistas, exposto a pouco, é a mesma linha de pensamento preconizada pela Bauhaus. Por mais que não considerassem as contribuições feitas pelo campo biológico, o léxico discursivo é o mesmo. E aqui começamos a entender como a origem do design não somente está emaranhada com a biopolítica e revolução industrial, como naturalmente com o supremacismo branco, uma vez que discurso moderno é compartilhado por ambos.

Percebe-se também que o racismo, costurado pelas induções eugenistas do pensamento moderno, se favorece muito do título de neutralidade técnica, este que também é usado como justificativa pelo biopoder para definir o certo e errado. Pouco

a pouco mais transparente fica o projeto político dos estados-nação colonizadores, estes normalmente encontrados no norte global. Se faz viver aqueles que estão próximos do ideal branco europeu neoclássico, enquanto aqueles distantes disso necessitarão de uma intervenção civilizatória a qual marcará historicamente esses territórios e etnias.

Na origem do pensamento moderno surgem estudos que justificam a superioridade biológica europeia, como o darwinismo social e frenologia, deste modo cristalizando uma hierarquia racial, na qual o argumento da sobrevivência do mais forte era deslocado para natureza humana, tendo como resolução final a supremacia branca como resultado da seleção natural da humanidade.

O supremacismo racial branco, embasado pelo pensamento moderno, a violência religiosa, defendida pela missão evangelizadora da igreja cristã, e acumulação de riquezas preconizada pelo sistema mercantilista são postulações que legitimam o projeto colonial dos países europeus. Fica claro que os mecanismos de ciência, religião e economia modernos foram estruturados para justificar a retórica supremacista que parasita a humanidade desde o século XVI. Não é por acaso que sua estrutura persiste até hoje, afinal, toda pessoa que nasce no século XXI ainda está circunscrita em um universo cultural e linguístico que ainda reverencia o pensamento moderno. E, como indivíduos regidos pelo biopoder imperialista, fazer o esforço de construir uma epistemologia decolonial significa demarcar seu corpo como descartável, especialmente no sul global.

Claro que o nosso querido Brasil, tão brasileiro como ele é, não estaria no grupo dos civilizados, não é mesmo? Assim, adentra-se os primeiros capítulos sobre a história do Brasil para contextualizar as pré-condições sócio-históricas que explicam a estruturação do racismo brasileiro.

3.6 Pré-condições do estado racista brasileiro

O Brasil, ou reverenciando o nome que consta no tronco tupi-guarani, o Pindoba retama ou Pindorama foi invadido por Portugal em 22 de abril de 1500 em terras que hoje constituem o município de Porto Seguro no estado da Bahia. A princípio, a expedição liderada por Pedro Álvares Cabral tinha como objetivo

estabelecer comércio na Índia, dessa forma rompendo o monopólio de especiarias dos italianos e mouros, todavia um erro de navegação o fez desviar caminho até o litoral baiano. Cinicamente, os portugueses e espanhóis já haviam dividido entre si o recém encontrado continente da América desde de 1494 ao assinarem o tratado de Tordesilhas, no qual uma linha imaginária 1800 quilômetros(km) ao oeste de Cabo Verde separava o continente, sendo o lado leste terras de Portugal e o lado oeste da Espanha.

Ao desembarcarem, os portugueses já instituíram a escravidão indígena, os registros de colonizadores como Pero Magalhães Gandavo, Gabriel Soares e Bartolomeu Marchionni comprovam esse fato (GOMES, 2019) pela crueldade e desrespeito a vida dos indígenas e negros escravizados constatado em seus escritos. Obviamente, como extensamente debatido na literatura, nesse primeiro contato também se concretizaram relações de escambo entre os autóctones e europeus lusitanos. Por mais que o valor monetário dos itens oferecidos pelos portugueses não se equiparassem ao valor das matérias primas oferecidas pelos indígenas no mercado europeu, a relação de escambo e o espaço físico em qual as trocas aconteciam tensionava as negociações ao ritmo e vontade dos indígenas. Ao contrário do que as interpretações paternalistas propõem, as trocas não afetaram a autonomia do sistema social das tribos que delas participaram.

Na verdade, eram os portugueses que, inicialmente, tiveram que se acomodar às tradições indígenas caso quisessem alojamento e comida (FERNANDES, 1975). Afinal, os caucasianos europeus se encontravam em um continente desconhecido de clima totalmente diferente do que estavam acostumados, onde poderiam ser atacados por outras tribos não tão amistosas, após terem passado por uma árdua viagem com número reduzido de mantimentos. Portanto, não é de se estranhar que os indígenas tivessem a vantagem nessas negociações iniciais, todavia esse cenário começou a mudar a partir de 1530.

Receosos de terem o monopólio sobre a colônia brasileira contestado por outras potências europeias emergentes, como a Holanda e França, os portugueses reorganizaram sua política colonial. Dessa forma, a Coroa portuguesa dividiu o território brasileiro em 15 capitanias hereditárias e as entregou à nomes de confiança que seriam responsáveis por ocuparem permanentemente a nova colônia, impondo os costumes e valores lusitanos, e garantirem a soberania lusitana em terras

brasileiras. Não seria mentira afirmar que essa foi a primeira “privatização” do Brasil, visto que o império lusitano relegou a administração da colônia a iniciativa privada, em uma tentativa de minimizar os gastos da Coroa com a empreitada colonial.

Sendo assim, conferiu aos donatários autonomia relativa nas esferas judicial e militar, permitindo-lhes administrar seus territórios conforme interesses locais, desde que alinhados aos objetivos metropolitanos. Essa delegação de poderes, formalizada por meio das Cartas de Doação e do Foral, incluía a faculdade de conceder sesmarias, organizar milícias e arbitrar conflitos menores, enquanto a Coroa reservava-se o direito de intervir em questões estratégicas, como defesa contra invasões estrangeiras (GOMES, 2019). Em contrapartida, os donatários comprometiam-se a fundar núcleos urbanos (vilas), estruturar engenhos de açúcar e promover a dissolução dos valores e culturas indígenas, em parceria com missionários jesuítas, visando integrar os nativos à ordem colonial (FERNANDES, 1975).

Essa reconfiguração administrativa garantiu aos lusitanos maior segurança territorial e operacional, consolidando um modelo de ocupação baseado na posse da terra como eixo de poder socioeconômico. O sistema de escambo, até então centrado na exploração sazonal do pau-brasil, foi gradativamente substituído pela monocultura canavieira, que demandava estabilidade produtiva, mão de obra escrava e investimentos em infraestrutura. A transição refletiu a adaptação portuguesa às exigências do mercantilismo, no qual a terra tornou-se não apenas um recurso econômico, mas um instrumento de dominação política e controle social.

Este seria o principal fator a inverter o poder na relação entre os aborígenes e os invasores, pois a expropriação da terra indígenas se tornaria estratégia inegociável da política econômica lusitana.

Ao substituir o escambo pela agricultura, porém, os portugueses alteraram completamente seus centros de interesse no convívio com o indígena. Este passou a ser encarado como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização. Passamos, então, do período de tensões encobertas para a era do conflito social com os índios. Os alvos dos brancos só poderiam ser alcançados e satisfeitos pela expropriação territorial, pela escravidão e pela destribalização (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como «ameaças» à segurança dos brancos, como as instituições vinculadas à vida doméstica, ao xamanismo e à guerra). (FERNANDES, 1975, p.25)

A partir do momento que os indígenas foram entendidos como empecilho para obtenção dos latifúndios necessários para instalação de engenhos açucareiros, estava justificada toda e qualquer violência necessária para consolidação efetiva do projeto colonial sob alcunha de serem “guerras justas”.

O que seria uma guerra justa? A explicação estava no próprio texto do alvará real: “guerra justa” seria aquela que “os portugueses fizerem ao dito gentio com autoridade ou licença minha ou do governador das ditas partes (GOMES, 2019, p.107)

As guerras (in)justas eram o principal meio de submeter o indígena a posição de escravizado e expropriar a terra das mãos dos autóctones. Através delas, os portugueses justificaram o genocídio empreendido sobre o Brasil, porém por mais que essa política bélica tenha concedido a Portugal os latifúndios necessários para implementação da monocultura de açúcar, ela acabaria diminuído os números de potenciais escravizados disponíveis em terra, uma vez que a maioria dos indígenas se opunham ao avanço lusitano. A posição agressiva de Portugal estava em consonância com a de outras potências europeias que colonizaram o Novo Mundo no século XVI e aos pressupostos científicos e éticos do pensamento moderno, por isso que após um século de ocupação europeia nas Américas, a população aborígene de todo o continente se via aniquilada frente a invasão e um apagamento epistemológico.

Estima-se que, em 1420, no início das navegações portuguesas na costa da África, houvesse 450 milhões de pessoas em todo o planeta. Desse total, 50 milhões, ou 11%, estariam na América. Quatro séculos mais tarde, em 1804, quando a população mundial havia dobrado para 900 milhões de habitantes, no continente americano — a essa altura já alimentado pela maciça importação de escravos africanos —, havia apenas 25 milhões de pessoas, ou seja, a metade do número anterior à presença europeia. Em escala proporcional, a queda havia sido ainda mais drástica, de 11% para minguados 2,8% do total. O grande massacre ocorrera no intervalo de apenas cem anos. (GOMES, 2019, p. 95)

O modelo de produção escravista era a base do sistema mercantilista o qual media prosperidade em termos de acúmulo de metais preciosos, dessa forma instituíam-se políticas protecionistas e o pacto colonial aos territórios invadidos, forçando que toda a produção fosse direcionada a exportação em nome do lucro da metrópole colonizadora. A escolha de escravizar se dava por falta de mão de obra,

uma vez que os portugueses não se ofereciam para realizar a travessia do oceano atlântico muito menos em prol de trabalhar em uma colônia na qual teriam uma qualidade de vida pior. Afinal, a própria viagem marítima era uma atividade relativamente nova, perigosa e rodeada de medos reais e imaginários, a maioria das pessoas não sobreviviam o percurso, devido à falta de comida, tempestades e ataques de outras tripulações serem recorrentes.

Além do mais, já havia legitimação da igreja católica, através da doutrina do descobrimento descrita na bula *Inter Caetera*, para tomada de terras indígenas e subjugação da população aborígene ao trabalho escravo. Isto significa que o modelo escravocrata já tinha sido escolhido para colônia brasileira muito antes da ocupação portuguesa no território, dado que a intenção de escravizar era planejada e justificada por todas as instituições formais europeias do século XVI.

O cristianismo, desde o Império romano, fez da alma um dos objetivos da intervenção do “Estado”, já que se propôs a cuidar das almas e salvá-las. Se até o século XVIII as teocracias europeias incluíam entre suas tarefas a salvação das almas, a partir daí, começa a ser preparado e construído o regime sob o qual vivemos hoje, uma “somatocracia”. (MARTINS E PEIXOTO JUNIOR, 2009 p.158)

Vale ressaltar que economicamente a escravidão implica em superexploração do trabalho do escravizado, em outras palavras, haveria um lucro maior para os colonizadores usar da escravidão pois entende o trabalhador escravizado como ferramenta, *instrumentum-vocale*, que só seria substituída em caso de quebra (morte). Todavia, os indígenas por serem aqueles que viviam e moravam no Brasil antes da chegada dos portugueses, tinham facilidade de fugir e intimidade com a terra sabendo os caminhos e utilizando de tecnologias próprias para retornar a seus grupos.

Por isso, muitos europeus caucasianos, viam no tráfico negreiro a opção mais viável, não somente eles já o executavam na costa africana, em terras que hoje são Angola, Congo, Senegal, Gâmbia, Moçambique, Gana, Costa do Marfim, Guiné, como expandir esse mercado para o continente americano seria muito proveitoso e lucrativo para sua economia.

A causa preponderante da preferência por escravos africanos, no entanto, estava na inexistência de um mercado organizado de

escravos na América na época da chegada dos europeus. (GOMES, 2019, p. 104)

Além disso, os africanos em diáspora não teriam como atravessar o Atlântico sem as tecnologias navais dos europeus e muitas vezes nem mesmo o queriam, devido ao trauma desenvolvido durante os meses de tráfico e as próprias dificuldades listadas anteriormente da viagem marítima na época.

Clovis Moura conceitua esse primeiro momento da escravidão como escravismo pleno, o qual tem como característica marcante, o fato de somente os próprios escravizados exercerem oposição ao regime escravagista imposto sobre a colônia brasileira. Nesse sentido, a irreverência contra a situação de aprisionamento e trabalho forçado significava oposição radical as relações sociais da sociedade colonial. Não por uma ética política em prol do abolicionismo, mas sim pela necessidade própria de fugir da condição de escravizado. Entretanto, por ser negativa das relações de trabalho e sociedade impostas pelo homem branco europeu, desorganizavam o projeto colonial europeu de tal forma que o impossibilitava, assim pressionando o processo histórico de abolição.

Os lusitanos investiram massivamente em mão-de-obra escravizada africana para exercer os trabalhos braçais nos engenhos de cana de açúcar e nos garimpos de ouro e prata, assim como para defender o território que sem escravizados malmente conseguiam proteger (GOMES, 2019). Isso posto, o tráfico também se configuraria como uma atividade econômica, também gerando riqueza para Portugal, uma vez que avaliava cada escravizado em escala de utilidade lhes designando um preço a partir da observação de características físicas, um verdadeiro show de horrores que fundia darwinismo científico, orientalismo e eugenia.

O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. (GOMES, 2019, p.19)

O sistema de produção agrícola implantado na colônia brasileira foi o Plantation, caracterizado pelo uso de latifúndios de monocultura com objetivo final de exportação e uso de mão de obra escravizada. É preciso dizer que este modelo foi responsável por alijar profundamente o Brasil, tanto socialmente como em sua

biodiversidade. Os engenhos de açúcar são a aplicação material desse sistema, aparelhos que funcionavam a base da violência para manter o trabalho forçado, não somente moíam a cana até seu produto final, o açúcar, como eram verdadeiras máquinas de moer gente (RIBEIRO, 1995).

Nesse sentido, é necessário ressaltar que a relação de escravidão impede ao escravizado de acessar sua condição de sujeito, uma vez que o escravizador nega o reconhecimento da humanidade. Não há possibilidade de negociação quando uma das partes é entendida como objeto e a outra como proprietário deste objeto.

Se por um lado a colônia extraía em abundância matérias primas como ouro, açúcar e pau brasil para exportação, de outro a escassez de alimentos na colônia era um problema real e que assolava especialmente os escravizados que muitas vezes eram privados de ter qualquer tipo de refeição. Daí resta responder como que uma terra que produz massivamente alimentos, não têm alimento para seu povo? A política econômica imposta por Portugal no Brasil colônia, era que toda a produção fosse enviada para metrópole em que se venderia para outros países em busca de enriquecer a nação lusitana. A colônia seria parasitada de tudo que lhe for possível e deixada a cara nua da fome.

As grandes companhias navegadoras, das quais as empresas de traficantes de escravos são das mais importantes, com sede nas metrópoles, as grandes plantações nas áreas colonizadas e o monopólio comercial são o tripé no qual se apoiam a economia e a política das metrópoles da época. (MOURA, 2020, p. 28)

O complexo econômico escravagista, a hierarquização racial legalizada e legitimada pelas instituições formais modernas e a violência como tecnologia de controle constituem as estruturas que operacionalizaram o genocídio indígena, a subcidadania negra e o apartheid racial, sendo estes as pré-condições para formação do estado racista brasileiro que viria a ser fundado em 1808 com a vinda da família real. (XAVIER, 2023)

Por fim, ressalta-se a importância de esclarecer o máximo possível, as condições sociopolíticas que marcaram o escravismo pleno, delimitando o impacto e mudanças causadas pela ocupação lusitana no Brasil, assim como definido por Clovis Moura. Leia-se:

Rasgos fundamentais do escravismo pleno

Nesse período, que vai até mais ou menos 1850, podemos dizer com variáveis regionais, os rasgos fundamentais que o caracterizavam são os seguintes:

- 1) Monopólio comercial da Metrópole (1808).
- 2) Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante e que somente era suficiente em face do baixíssimo nível do poder aquisitivo (poder de compra) dos consumidores.
- 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole.
- 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente.
- 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.
- 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação.
- 7) Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão.

Esses mecanismos permitirão o funcionamento de sistema escravista, ensejando:

- a) A eficiência na produção para o mercado externo via trabalho escravo;
- b) o controle das constantes revoltas e outras formas de descontentamento dos escravos que desgastavam sua estrutura e poderiam pôr em risco a sua eficiência em nível de produção e equilíbrio social. (MOURA, 2014, p. 82)

3.7 As estruturas de COERÇÃO e PERSUASÃO

A historiografia hegemônica designa a revolução francesa como marco de final da idade moderna e início da idade contemporânea. A princípio, justifica-se tal papel devido ruptura profunda com o absolutismo real, os privilégios feudais e o modelo de produção feudal, características marcantes do período moderno. Tendo seu mote como "Liberdade, Igualdade, Fraternidade", a revolução francesa é um evento histórico normalmente reivindicado como de extrema importância para os direitos da

humanidade, ora fora a Assembleia Nacional Constituinte Francesa que escreveu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão tendo escrito em seu primeiro artigo:

“Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.” (ASSEMBLEIA NACIONAL FRANCESA, 1789)

O que normalmente a academia intenta omitir é a hipocrisia francesa diante a escrita deste direito inviolável, pois antes, durante e após a escrita desse documento a monarquia, ou república francesa a depender do recorte temporal, tinha em suas mãos colônias por todo o mundo, onde o trabalho escravo era empregado diariamente sobre seus respectivos povos aborígenes, sendo uma delas o próprio Haiti.

E se ao invés de centrar a história pela ótica eurocêntrica, investigasse-se outros episódios históricos como marco final da idade moderna, que também fossem evidentemente disruptores das estruturas políticas, sociais e econômicas modernas? O único movimento de escravizados que conseguiu firma Estado próprio (MOURA, 2020) e contestou todo o modelo produtivo colonial imposto pela monarquia francesa, consequentemente, desafiando o senso comum racista da época foi a Revolução Haitiana. Ocorrida quase que concomitantemente a Revolução francesa, também tem sua menção honrosa como acontecimento histórico que pressionou o fim da idade moderna, todavia foi sua irmã europeia que se tornou a bússola da História e carrega o título de inaugurador da idade contemporânea.

É inegável a influência da independência haitiana no contexto brasileiro, tanto por ser um vento de esperança para os escravizados quanto pelo medo instalado na mente dos colonizadores lusitanos.

Quando a família real portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, trazia consigo não apenas a corte, mas o pânico de que o Brasil pudesse repetir o destino de Saint-Domingue. Sob esse fantasma justificou-se a criação de estruturas para controle da população negra e criação de estruturas que sustentasse apartheid brasileiro. As instituições fundadas para executarem estes papéis podem ser divididas entre os mecanismos de coerção para reprimir revoltas e de persuasão para legitimar a ordem escravista

Foi nesse contexto de medo latente que os mecanismos de coerção foram erguidos e aperfeiçoados como mecanismos de defesa da ordem sob o fantasma do haitinismo. (XAVIER, 2025) O destacamento da polícia militar da guarda real, que viria originar a polícia militar atual, tornou-se o braço armado direto do Estado para a manutenção da ordem cotidiana e a repressão imediata. Sua atuação concentrava-se nas cidades, locais de maior aglomeração e potencial conflito. A vigilância sobre escravizados, libertos, pobres livres e estrangeiros era constante. Sua função primordial era prevenir aglomerações suspeitas, capturar fugitivos e, acima de tudo, servir como uma presença dissuasória permanente. Por exemplo, a repressão às chamadas desordens, que podiam variar de brigas de rua a protestos, era rápida e violenta, enviando uma mensagem clara sobre os limites da tolerância imperial. A existência dessa força especializada, distinta do exército regular, permitia uma resposta ágil e localizada às tensões urbanas, consideradas potenciais focos de revolta.

Complementando a ação policial nas cidades e estendendo o controle coercitivo para o vasto interior escravista, a criação da Guarda Nacional em 1831 reorganizando as milícias e ordenanças coloniais foi uma das estratégias imperiais de controle e repressão social. Diferentemente da polícia, a Guarda Nacional era uma força recrutada localmente entre os cidadãos homens livres com renda mínima, algo próximo do exército atual, e era comandada pelos grandes proprietários rurais, os coronéis que compravam seu título diretamente com o estado.

Este aspecto era crucial: ao colocar o poder armado diretamente nas mãos dos senhores de escravizados, o Estado imperial descentralizava a repressão, mas a mantinha ancorada nos interesses econômicos da elite latifundiária. Os senhores de engenho tornavam-se, eles mesmos, os guardiões armados da ordem escravista em suas próprias propriedades e municípios. Consequentemente, a Guarda Nacional tornou-se o principal instrumento para a repressão de quilombos, o controle da circulação de escravizados, a captura de fugitivos e a supressão violenta de qualquer levante popular que desafiasse a autoridade local ou a estrutura socioeconômica. Sua atuação foi brutal e decisiva em inúmeras revoltas regenciais como Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Farroupilha e Males. A Guarda Nacional materializava, portanto, a privatização do controle coercitivo pelo grupo social que mais temia a dissolução do regime escravagista.

O aparato coercitivo, entretanto, não se limitava à força bruta e violência física. A esfera jurídica, encarnada pelo Supremo Tribunal de Justiça criado em 1828, após a constituição de 1824, que define em seu título 6º (sexto) as competências e organização do poder jurídico no Brasil imperial. Importante ressaltar que o Supremo Tribunal de Justiça do qual aqui se trata é hoje o Supremo Tribunal Federal, localizado na praça dos Três Poderes, não devendo ser confundido com o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) contemporâneo.

O STJ desempenhava um papel fundamental na legitimação e na sistematização da repressão, funcionando como um pilar de contenção jurídica contra a desordem. Embora teoricamente independente, o STJ operava dentro do arcabouço legal profundamente conservador do Império, moldado para proteger a propriedade latifundiária e a autoridade do Estado. Através de suas interpretações da lei e de suas sentenças, o tribunal reforçava a hierarquia social e racial. A legislação pós-1822, como o Código Criminal de 1830 era rígida e severa quando se tratava de crimes contra o latifúndio. Atos de resistência como revoltas, assassinato de senhores ou formação de quilombos eram punidos com extrema violência, frequentemente com a pena de morte, explicitamente inspirada no desejo de evitar o "exemplo funesto de São Domingos". Além disso, o STJ atuava como instância final de controle sobre a aplicação das leis que restringiam a liberdade de associação e expressão, validando ações governamentais repressivas quando estas eram contestadas. Desse modo, o STJ funcionava como o guardião jurídico da ordem escravocrata e imperial, fornecendo legalidade jurídica às ações coercitivas e criminalizando severamente qualquer comportamento que pudesse ser interpretado como um prenúncio de revolução.

Enquanto os mecanismos de coerção asseguravam o domínio físico sobre a população, um sofisticado aparato de persuasão ideológica era simultaneamente construído para legitimar a ordem escravista e forjar uma identidade nacional alinhada aos interesses do Estado Imperial. (XAVIER, 2025) A fundação das Escolas de Medicina em 1808 no Rio de Janeiro e Bahia e de Direito em 1827 em São Paulo e Olinda não emanava de um projeto educacional democrático, mas de uma estratégia política deliberada: formar uma elite intelectual funcional ao regime, capacitada a gerenciar as estruturas jurídicas, administrativas e simbólicas do Império. Os bacharéis formados nestas instituições converteram-se nos arquitetos jurídicos e

ideológicos da escravidão, responsáveis pela elaboração de códigos, como o Código Criminal de 1830, e discursos que naturalizavam a hierarquia social e racial vigente.

Paralelamente, a Gazeta do Rio de Janeiro fundada em 1808, primeiro periódico oficial do Estado brasileiro, operava como instrumento de publicidade da realeza, veiculando decretos, atos de governo e notícias selecionadas que glorificavam a monarquia, ocultavam tensões sociais e promoviam uma imagem de harmonia artificial. Porém, a peça central desse projeto hegemônico foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entidade que assumiu a missão de definir os pilares da identidade nacional sob uma perspectiva eurocêntrica e escravocrata.

Portanto, a coerção e persuasão atuaram em constante sinergia. A força da Guarda Nacional reprimia uma revolta; os jornais descreviam seus líderes como violentos e bárbaros; os tribunais os condenavam à força como exemplo; as faculdades de Direito aferiam a legalidade dessas decisões; e a pintura oficial celebrava a paz restaurada. O exemplo do Haiti era uma das imagens sempre evocadas, explícita ou implicitamente, para justificar essa máquina de controle, pois sintetizava o medo dos senhores de engenho: a insurreição negra. Essas políticas de Estado e estruturas de controle, moldaram o Brasil onde a ordem e o progresso são para poucos até nos dias atuais.

Com o decorrer da ocupação lusitana no Brasil, houveram múltiplas revoltas contra o sistema escravagista imposto a população negra e indígena. Quilombo de Palmares, Revolta de Felipe Santos, Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana, Revoltas dos Haussás, Sabinada, Revolta da Balaiada, Revolta Farroupilha, Revolta dos Malês, Quilombo de Jabaquara, Confederação do Equador, Revolta da Cabanagem, Canudos, Manuel Congo, Caifazes são todos exemplos de resistência e resiliência negra que foram minadas e enforcadas pela estrutura de coerção e persuasão criadas pelo império brasileiro. O *modus operandi* dessas entidades se reproduzem até hoje nas estruturas institucionais do Brasil, em que o racismo é tão explícito.

Contudo, o impacto das revoltas não deve ser minado, a persistência das rebeliões evidenciou a fragilidade desse sistema, corroendo sua estrutura e elevando os custos de manutenção da ordem escravocrata. As subsequentes leis gradualistas emergiram, assim, não apenas como resposta direta a essas insurreições, mas também como estratégia para gerir tensões econômicas e geopolíticas, evitar rupturas

abruptas que ameaçassem a elite agrária e atender a pressões externas, particularmente da Grã-Bretanha.

3.8 Leis gradualistas e abolição

O processo abolicionista no Brasil foi marcado por uma sequência de medidas legislativas conhecidas como leis gradualistas, que, embora apresentadas como avanços humanitários, refletiam uma estratégia calculada para estender o máximo possível o regime de escravidão no território brasileiro, sem que houvesse uma ruptura abrupta e revolucionária no regime escravista.

A primeira delas, foi a Lei Eusébio de Queirós decretada em 1850 que extinguiu o tráfico transatlântico de escravizados e marca na bibliografia de Clóvis Moura o início do período nomeado pelo mesmo de escravismo tardio. Mesmo que a lei tenha proibido o tráfico de escravizados, o mesmo continuava acontecer, entretanto, devido a ilegalidade da atividade, houve um aumento no valor dos escravizados e estímulo para o tráfico interprovincial.

Duas décadas depois, a Lei do Ventre Livre promulgada em 1871 operou sob uma lógica de prolongamento dissimulado. Ao declarar livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos após sua promulgação, denominados ingênuos na época, a lei criava uma falsa sensação de liberdade para família negra. Na prática, porém, essas pessoas permaneciam sob a tutela senhorial até os 21 anos, transformando-se em força de trabalho compulsória de longo prazo.

A Lei dos Sexagenários instituída 1885 libertou escravizados com mais de 60 anos, surgindo já em um cenário de colapso iminente da escravidão, somente 3 anos antes da própria abolição. Essencialmente, a lei afetou parcela ínfima da população escrava, uma vez que dificilmente um escravizado atingia os 60 anos, funcionando mais como gesto simbólico para acalmar críticas internacionais e setores reformistas internos do que compromisso com a dignidade e liberdade dos escravizados.

Em suma, as leis gradualistas foram ferramentas da classe dominante para mitigar uma abolição radical, visando assegurar a transição do trabalho cativo para o trabalho livre sem alterar as estruturas fundiárias, econômicas e sociais que sustentavam o poder oligárquico.

Portanto, quando a abolição total finalmente chegou com a Lei Áurea em 1888, sua característica mais marcante e, segundo a crítica de Clóvis Moura, mais nefasta, foi a sua absoluta falta de projeto para a integração dos libertos. A lei simplesmente declarava extinta a escravidão, sem qualquer disposição sobre indenização aos libertos pela exploração sofrida, sem políticas de acesso à terra, sem programas de educação, saúde ou inserção no mercado de trabalho livre em condições de igualdade. Nesse contexto, a recusa em conceder terras foi o elemento crucial que definiu o destino da grande maioria da população negra recém-liberta.

Afinal, o Brasil ainda era um país majoritariamente agrário, tendo poucas indústrias, o modelo econômico ainda se baseava na produção de *commodities* para exportação, sendo assim o principal elemento de conformação das desigualdades de renda, riqueza e propriedade era a terra. A manutenção do latifúndio e a falta de uma reforma agrária foi estratégia para manter a população negra presa à condição de servidão, mesmo que agora esteja legalmente livre.

Como argumenta Moura, o escravizado era propriedade do senhor e a terra era a base do poder econômico e político da elite agrária para manutenção dessa relação. Abolir a escravidão sem tocar na estrutura fundiária significou libertar os corpos, mas mantê-los presos à lógica do latifúndio, agora como trabalhadores "livres", mas sem alternativas reais de subsistência autônoma. O Estado, controlado por essa mesma elite latifundiária, não tinha interesse algum em promover uma reforma agrária que minasse sua base de poder. Os libertos se viram expulsos das fazendas onde trabalhavam, pois, muitos senhores preferiram substituí-los por imigrantes europeus subsidiados pelo Estado, ou então forçados a aceitar relações de trabalho extremamente precárias e exploradoras. Sem terra própria, sem capital, sem educação formal e marcados pelo estigma racial secular, os negros libertos foram empurrados para as periferias das cidades, para os cortiços, para as áreas menos produtivas, ou permaneceram no campo em condições de servidão.

Finalmente, enfatiza-se a relevância de elucidar o máximo possível, as condições sociopolíticas que marcaram o escravismo tardio, assim como feito para as condições do escravismo pleno em capítulos anteriores. Leia-se:

Rasgos fundamentais do escravismo tardio

Essa nova fase, para nós, já representa o estágio de decomposição estrutural do modo de produção escravista e terá os seguintes rasgos fundamentais:

- 1- Relações de produção escravistas diversificadas regionalmente de forma acentuada, localizadas na parte que dinamiza uma economia nova, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentrará de forma preponderante a população escrava.
- 2- Parcelas de trabalhadores livres predominando em algumas regiões, quer nas áreas decadentes, quer naquelas que decolaram com o café.
- 3- Concomitância de relações capitalistas (de um capitalismo já subordinado ao capital monopolista) e permanência de relações escravistas (Mina de Morro Velho).
- 4- Subordinação, no nível de produção industrial, comunicações, transportes (estradas de ferro), portos, iluminação a gás, telefone etc., ao capital inglês; no nível de relações comerciais, subordinação ao mercado mundial e sua realização, internamente, em grande parte, por casas comerciais estrangeiras, o mesmo acontecendo no setor bancário e de exportações.
- 5- Urbanização e modernização sem mudança nas relações de produção fundamentais.
- 6- Tráfico de escravos interprovincial substituindo o internacional. Aumento do seu preço em consequência.
- 7- Trabalhador livre importado desequilibrando a oferta de força de trabalho e desqualificando o nacional.
- 8- Empresas de trabalho escravo.
- 9- Empresas de trabalho livre como a colônia de Blumenau.
- 10- Empresas de trabalho livre e escravo como no sistema de parceria de Ibicaba em São Paulo e outras fazendas.
- 11- Influência progressiva do capital monopolista (estrangeiro) nesse processo.
- 12- Legislação protetora, substituindo a repressora da primeira fase.
- 13- Luta dos escravos em aliança com outros segmentos sociais. A resistência passiva substitui a insurgência ativa e radical da primeira fase. (MOURA, 2014, p.123)

3.9 Leis pra prender negros e a ideologia do branqueamento

Em pleno século XXI, há quem diga que a primeira vez que o Brasil discriminou por etnia-racial foi no estatuto da igualdade racial promulgado em 2010, essa afirmação normalmente feita por políticos de extrema direita, visa minar um dos avanços significativos na busca por equidade no Brasil, o Estatuto da Igualdade

Racial, e apaga o passado escravista do Brasil ao negar o genocídio empregado no território brasileiro pelos colonizadores caucasianos europeus.

Devido a isto, é sempre importante reforçar o quão racista o estado brasileiro é e sempre foi, nos tópicos anteriores debruçou-se sobre as políticas de estado do Brasil colonial e Brasil império que moldaram as estruturas racistas que se mantêm até hoje. Agora, é necessário contextualizar o racismo legislado pelo Brasil republicano, o qual frente a libertação da população negra pós lei Áurea, invés de realizar uma reforma econômica e agrária, escolheu penalizar toda e qualquer pessoa negra que não exercesse função econômica ativa, vide o código penal de 1890:

CAPITULO XIII

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Paragrapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente acquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellular por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes. (BRASIL, 1890)

Como pode ser lido, no capítulo XIII do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Não exercer atividade remunerada e não possuir meios de subsistência próprios era crime, então cabe pensar quem é esse indivíduo no Brasil pós-abolição, a resposta é óbvia, a pessoa negra. Não tendo terra para subsistência própria e não se aceitando a servidão, a pessoa negra era vista como um alvo a ser reprimido, pois só é tolerada a existência negra se a mesma produz valor econômico. O parágrafo 2º do artigo 399 demonstra isso, se o detido já estivesse em idade ativa, era preso e enviado para trabalhar em estabelecimento disciplinar industrial. Não está explicitado em texto, mas para quem era negro na época isso não era uma sentença invisível, a lei era nítida: negro que não trabalha é criminoso. (GONZALEZ, 1979)

Para além disso, destaca-se o artigo 402, 403 e 404 que criminaliza a capoeira, leis como essa compactuam com o projeto colonial de apagamento da cultura e linguagem da diáspora negra. Intensificando o apagamento material e imaterial da subjetividade negra no Brasil. Essa herança racista se reverbera até hoje com leis e projetos de lei como a Lei nº 6903 de Bauru, conhecida na cidade por lei anti-festas, que obriga todos os eventos a acontecerem em espaços comerciais e com alvará de funcionamento, basicamente criminalizando qualquer aglomeração de pessoas na rua e o Projeto de Lei 26/2025, conhecido popularmente por lei anti-Oruam que usa do pânico moral para criminalizar o funk.

O estado brasileiro, reiteradamente, proclama a descartabilidade da população negra até hoje, é por isso que aqui a fala de José Carlos Mariátegui, “A colônia sobrevive na República”, que se referia ao Peru, se encaixa tão bem ao contexto brasileiro.

Se por um lado a repressão violenta a tudo que fosse remotamente negro acontecia, do outro o estado buscava na Europa a oportunidade de embranquecer, através da eugenia, o Brasil. Também no ano de 1890, a Lei Glicério foi instituída, abrindo o país para entrada livre para imigrantes que não fossem africanos ou asiáticos. Leia-se:

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, 1890)

Essa política de estado visava miscigenar fenotípica e geneticamente a população brasileira, tornando-a mais branca para isso foram facilitadas concessão de terras e liberação de visto para imigrantes italianos, alemães, entre outras nacionalidades do norte global. Além da entrada facilitada, o estado brasileiro também financiou a imigração europeia com subsídios e terras para essas populações.

Como discutido, a questão da terra é central para entender a autonomia e direito de uma população. Salienta-se que a terra, notadamente, antes de uma formalidade estatal ser construída em prol da manutenção da vida – biopoder –, sempre fora o método de sobrevivência da humanidade, é através dela que se produzem os meios para se fazer viver, seja alimento, habitação, família ou cultura. Sem a terra, o humano não produz nem sobrevive. Logo, averigua-se o descaso e violência direcionados a população negra quando a mesma foi super explorada desde o início da história do país e quando liberta não foi agraciada com medidas como esta.

Combinado a este aparato eugênico, iniciou-se um projeto de desafricanização dos elementos afro-brasileiros existentes na cultura popular em prol da criação de uma imagem produto para ser vendida e usada como publicidade para vinda dos estrangeiros. O samba, a capoeira e as religiões de matriz africana que eram criminalizadas foram cooptadas e embranquecidas de pouco a pouco para servir como propaganda da democracia racial, o cartão postal do Brasil nos 30. Assim, a cultura negra tornou-se um adorno exótico da identidade nacional, desde que higienizada e controlada pelas elites brancas. (SCHWARCZ, 2012)

Esse cenário somado a dessubjetivação e superexploração da força de trabalho histórica da população racializada criou as bases para o processo de modernização conservador excludente da economia brasileira, o qual ganhou contornos mais nítidos a partir da segunda metade do século XX.

3.10 Desenvolvimentismo e o falso milagre brasileiro

O projeto desenvolvimentista brasileiro, intensificado a partir dos anos 1950 e acelerado durante a ditadura militar, especialmente no ápice do suposto "Milagre Econômico", muito celebrado pelo aumento do Produto Interno Bruto, gerou crescimento econômico e expansão das classes médias no Brasil. Contudo, essa visão acrítica da historiografia clássica encobre uma realidade estrutural perversa: o projeto de modernização conservadora excludente.

Sabemos que, de 1950 para cá, ocorreu um processo de crescimento das classes médias. Mas em termos relativos, no que se refere à população negra, isso significou a deterioração de suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. (GONZALEZ, 1979)

Esse conceito refere-se precisamente a um processo em que avanços econômicos e tecnológicos não apenas falharam em promover uma distribuição equitativa de seus benefícios, como ativamente mantiveram e aprofundaram desigualdades estruturais. Fenômeno caracterizado pela concentração de renda e poder e pela preservação intencional de estruturas de poder tradicionais pré industriais, assim aprofundando as desigualdades sociais já impostas. No caso do Brasil, observa-se uma aliança entre as elites agrárias latifundiárias, uma burguesia industrial dependente e o Estado autoritário imperialista colonial

Pelo exposto, o desenvolvimento econômico brasileiro, segundo esses analistas, resultou num modelo de modernização conservadora excludente. Poderíamos considerá-lo também a partir da noção de desenvolvimento desigual e combinado, em que a formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a permanência de formas produtivas anteriores, de outro, constituem-se como fatores que tipificam o sistema. (GONZALEZ, 1982)

A compreensão plena deste modelo exige situar os diferentes estágios de capitalismo dentro da evolução da industrialização e urbanização brasileiras.

Gonzalez propõe uma periodização em dois tipos fundamentais: o capitalismo competitivo, que teria findado em meados da década de 1950, e o capitalismo monopolista, que atingiu seu auge justamente após 1968.

O processo de industrialização e urbanização do Brasil ocorreu em dois estágios: o capitalismo competitivo e o capitalismo monopolista. O primeiro estágio terminou em meados da década de 1950 e o segundo atingiu seu pico depois de 1968. Os setores conectados com o capitalismo competitivo foram subordinados pelo sistema monopolista hegemônico, cujos tentáculos alcançaram até as regiões mais atrasadas. Esses eventos resultaram na existência de dois mercados de trabalho distintos que exigiam forças de trabalho qualitativamente distintas. (GONZALEZ, 1985)

O capitalismo monopolista, caracterizado pela crescente concentração e centralização do capital, pela hegemonia do grande capital industrial e financeiro internacional, e pela produção em massa voltada para mercados oligopolizados, subordinou brutalmente os setores remanescentes ligados ao capitalismo competitivo – pequenas e médias empresas, artesanato, comércio menos concentrado –, conseguindo até mesmo penetrar o interior do país, como aponta Gonzalez. Esta subordinação não significou, contudo, a eliminação pura e simples dessas formas anteriores. Pelo contrário, como parte intrínseca do desenvolvimento desigual e combinado, elas foram mantidas, instrumentalizadas e exploradas pelo núcleo dinâmico monopolista, gerando uma estrutura econômica profundamente heterogênea e hierarquizada.

De um lado, surgiu um mercado de trabalho modernizado, concentrado em grandes corporações industriais (automotivas, eletroeletrônicas, construção pesada), setores de serviços especializados (finanças, publicidade, consultoria técnica) e na burocracia estatal expandida. Este segmento demandava uma força de trabalho qualificada, estável e com poder de consumo. Aqui se inseriam profissionais formados pelas novas instituições de ensino superior criadas ou consolidadas no período como engenheiros, administradores, economistas, publicitários, arquitetos e *designers*. Este estrato social, majoritariamente branco e oriundo das classes médias urbanas, foi o beneficiário do “milagre”: salários nominais que, em certos momentos, superaram a inflação, acesso a crédito e bens simbólicos (carros, TVs) e capacidade financeira para consumir parte dos bens duráveis produzidos pela indústria nascente. Sendo assim, este recorte constituiu a base social visível do sucesso propagandístico do

regime – a "nova classe média" urbana. Eram os agentes técnicos e estéticos da modernização industrial, cujo trabalho legitimava a retórica desenvolvimentista do regime.

Diametralmente oposto, expandia-se um vasto mercado de trabalho precarizado, composto pelo setor informal urbano (vendedores ambulantes, serviços precarizados), trabalho rural semi-assalariado ou análogo à escravidão, e subemprego crônico nomeado na bibliografia de massa marginal. Este segmento, caracterizado pela baixíssima qualificação exigida, instabilidade absoluta, ausência de proteção social, remunerações abaixo da subsistência e subemprego, funcionava como exército industrial de reserva superdimensionado. Sua existência oferecia flexibilidade produtiva ao capital monopolista e pressionava salários no setor formal devido à constante ameaça de substituição pelo exército industrial de reserva. A população negra estava desproporcionalmente posicionada neste segmento, conforme explicita a análise de Gonzalez (1985) sobre os dados do Censo de 1950.

As políticas de branqueamento do início do século, a falta de reforma agrária pós-abolição, a barreira intransponível do acesso ao ensino superior e o racismo estrutural no mercado de trabalho atuaram simbioticamente para garantir impor esse papel à população negra. Enquanto os filhos da classe média branca frequentavam universidades públicas ou privadas de elite e se formavam profissionais gestores da ordem capitalista, os jovens negros eram empurrados para o subemprego, a informalidade, o serviço doméstico ou a cadeia reproduzindo a hierarquia racial do período escravocrata, agora sob novas roupagens modernas.

A dependência neocolonial é outro pilar do desenvolvimento desigual e combinado, sendo uma característica marcante da economia da época e elemento chave para entender sua fragilidade e insustentabilidade. O modelo de crescimento acelerado baseado na indústria de bens de consumo duráveis e na infraestrutura pesada dependia crucialmente da importação de máquinas, equipamentos, tecnologia patenteada e insumos industriais complexos como o petróleo. (DIAS, 2021)

Para financiar esse crescimento ininterruptamente e cobrir os déficits anuais, o regime militar recorreu de forma massiva e irresponsável ao financiamento externo. Os empréstimos internacionais, abundantes e relativamente baratos durante a liquidez global do início dos anos 1970, inundaram o país de dólares, alimentando o boom de investimentos e consumo do setor moderno. No entanto, a dívida externa brasileira

explodiu, quando as crises do petróleo elevaram drasticamente os custos de importação da matéria prima e os Estados Unidos, principal investidor da ditadura brasileira, reordenou sua política monetária instituindo taxas de juros protecionistas, dessa forma encarecendo exponencialmente o serviço da dívida, o que aumentou exponencialmente a dívida pública brasileira.

Em suma, o projeto eugênico de branqueamento e a dependência econômica forjaram um Brasil onde as estruturas econômicas impõem a reprodução histórica das desigualdades, mantendo a população negra presa aos estratos de marginalização e não lugar.

3.11 AREs e AIEs contra a população negra no brasil

Louis Althusser (1985) descreve dois grandes conjuntos de aparelhos pelos quais o Estado capitalista assegura a manutenção das relações de produção: Os Aparelhos Repressivos do Estado (AREs) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs).

AREs são aqueles que funcionam predominantemente pela violência (física, jurídica, policial, militar). Atuam de forma unificada, centralizada e pública, sob o comando direto do poder executivo e legislativo. A polícia, as forças armadas, o sistema prisional, os tribunais e o aparato jurídico-administrativo que aplica sanções punitivas são exemplos de instituições responsáveis pela repressão. Sua função primordial é garantir pela força a ordem estabelecida e reprimir ameaças à classe dominante.

Já os AIEs, por sua vez, funcionam predominantemente pelo controle da ideologia. São múltiplos, diversos, descentralizados e, embora sustentados pelo Estado, operam majoritariamente na esfera privada. São instituições que atuam destilando valores, representações, normas e práticas que naturalizam a ordem social vigente, produzindo consenso e subjetividades homogêneas. Enquadram-se aqui a escola, as igrejas, a família, o sistema político (partidos), os sindicatos, a cultura, os meios de comunicação de massa e o esporte. A eficácia do Estado reside na articulação entre AREs, violência explícita ou ameaçada, e AIEs, persuasão ideológica, garantindo a manutenção de corpos economicamente ativos e a reprodução das condições de exploração de trabalho.

Após toda a discussão desse capítulo infere-se que os aparelhos de repressão e os aparelhos ideológicos de estado agem de forma unida para minar a vida e dignidade negra. Tendo em vista que ambos atuam na camada do biopoder, podemos categorizá-los em sua atuação principal como mecanismo de disciplina e biopolítica.

Os aparelhos ideológicos (AIEs) formam a ideia do que é um bom negro adotando uma posição biopolítica ao homogeneizar as identidades e oportunidades que um homem ou uma mulher negra podem acessar já os aparelhos de repressão (AREs) estão na esfera disciplinar, reprimindo individualmente os corpos que fogem do papel imposto, fazendo do encarceramento, violência e morte de pessoas negras o reforço negativo para não desviarem da norma.

Novamente, observa-se que a afirmação de um projeto é também a afirmação da sua narrativa oposta, se acreditamos que brancos são a salvação da humanidade logo implica-se que negros são a perdição. É nessa forma de pensar que a sociedade opera, sempre buscando um culpado, West já provou que esse culpado no ocidente é sempre a pessoa negra, pois as bases para ignorar a humanidade de pessoas negras já estão postas desde a idade moderna. O mundo acadêmico e suas ciências somado as instituições e suas regras legitimam entender o intelecto negro como inferior, as artes tem como seus modelos corpos europeus e somente a cultura do colonizador europeu é válida, todas as outras devem ser apagadas.

Alinhando estes conceitos centrais para tese a discussão dos mecanismos coerção e persuasão criados pelo estado brasileiro, é perceptível que as estruturas de coerção estão na escala micro da gestão da vida, reprimindo corpos individuais, sendo associadas ao mecanismo da disciplina foucaultiano e aos AREs, enquanto a persuasão funciona em escala macro, homogeneizando as massas, sob a égide das instituições de formação da cidadania, cultura e educação, dessa forma associada ao mecanismo de biopolítica e aos AIEs.

Essas estruturas, como exposto, não são construções sem propósito, mas sim pilares de sustentação de um projeto supremacista branco de poder. Sua persistência histórica no Brasil confirma a tese de que a opressão negra é sistêmica e intencional. Como afirma Clóvis Moura, esta contradição é permanente e estrutural:

Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto fizemos a

Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população. (MOURA, 1988)

A análise de Moura explicita como a articulação entre AREs e AIEs, operando como disciplinadores de corpos negros (via repressão) e gestores biopolíticos de subjetividades (via ideologia) é herdeira direta das estruturas coloniais que perpetuaram a subjugação racial. O vácuo gerado pela manutenção dessas instituições após a abolição é o mesmo que permite a atuação conjugada dos aparelhos estatais na negação da humanidade negra no presente, reproduzindo violência e exclusão como fundamentos da ordem social brasileira.

4 DISCUSSÃO

4.1 Projetando na era farmacopornográfica

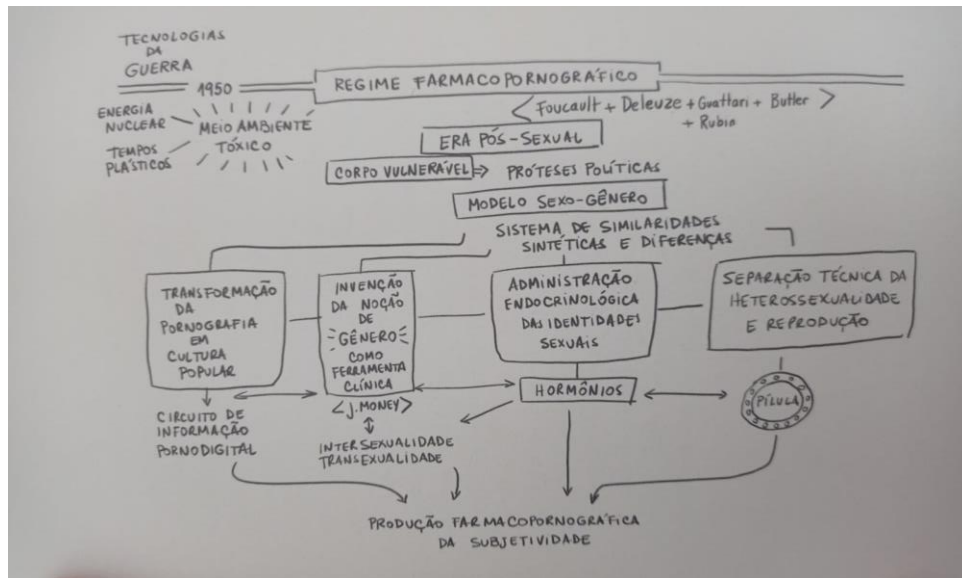
O final da segunda guerra é o momento inaugural da era farmacopornográfica, Preciado nos explica como, após 1950, as tecnologias desenvolvidas inicialmente para guerra aos poucos seriam incorporadas na vida doméstica com o intuito de

regularem a população, particularmente, através das estatísticas explicitando o papel dos fármacos no controle biomolecular da vida e da pornografia, através da produção de códigos semióticos, na construção de uma subjetividade sexual normal e hegemônica. Nas palavras dele, a era farmacopornográfica é o regime pós-industrial, global e midiático revelado pelas mudanças econômicas ocorridas após a segunda guerra que tem como principal característica o controle farmacopornográfico da subjetividade humana. Nesse sentido, é imprescindível definir como esta nova forma de controle atua.

O pan-óptico, conceito cunhado por Jeremy Bentham e teorizado por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, representa uma arquitetura de vigilância onde o poder se exerce através da visibilidade permanente. Nas sociedades disciplinares, o design do pan-óptico materializava a internalização do controle: os corpos eram disciplinados pela possibilidade de estarem sempre sendo observados. A assimetria do olhar – estar a todo momento observado, mas não conseguir observar nada – é o conceito principal que rege o controle nesse caso. No entanto, no século XXI, Paul B. Preciado, em *Testo Junkie*, propõe uma atualização radical desse modelo: o pan-óptico ingerível, no qual o controle biopolítico não se dá apenas pelo olhar externo, mas pela incorporação químico-farmacológica e performativa-social de códigos semióticos vivos. Este capítulo explora como tecnologias de gênero — de pílulas anticoncepcionais a pornografia — reconfiguram a noção foucaultiana de vigilância, enfocando o papel do design na materialização nesse novo momento da biopolítica, a era farmacopornográfica.

Para assimilar com totalidade as contribuições de Preciado é necessário compreender a transferência da vigilância de um território físico visível externo arquitetônico para um território psíquico interno biológico. Essa mudança no paradigma do biopoder, aprofunda a característica de invisibilidade para os processos disciplinares do biopoder. Não se há mais demanda por uma observação explícita, o próprio território do corpo agora exerce essa função, tanto de se regular quanto de regular os outros. Daí se ressalta a importância da superfície do corpo, como território de disputa política.

Figura 1 - Fluxograma sobre o regime farmacopornográfico



Fonte: PRECIADO, Paul B. Testojunkie: sexo, drogas e biopolítica no regime farmacopornográfico.

Tradução: Ananda Ferreira. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Na figura 1 consta um fluxograma apresentado por Preciado, sintetizando as características do regime farmacopornográfico. Nesse sentido, a pílula anticoncepcional é uma referência importante da era farmacopornográfica, porque ela revela para os pesquisadores da biopolítica o mecanismo de ação molecular, o qual biopoder se apodera no século XXI. O anticoncepcional feminino inaugura a transição do regime disciplinar para o regime farmacopornográfico, assim estreando a nova era do biopoder. Vale ressaltar como a pílula anticoncepcional é criada através de testagem no corpo de mulheres caribenhas que passaram por condição de cobaia, demonstrando que a colônia sempre será o laboratório das atrocidades imperialistas.

Assim, Preciado explica como a separação tecno-científica da reprodução sexual humana e heterossexualidade, inaugurada pela introdução da pílula no ambiente doméstico, realinha as ficções de gênero no século XXI, por mais que o discurso conservador se negue aceitar esse distanciamento. Afinal, em uma conjuntura onde moléculas sexuais podem ser instrumentalizadas para reprodução, prazer, guerra e controle, a heterossexualidade se depara com o início de seu fim, uma vez que a mesma não pode se blindar mais no argumento da manutenção reprodutiva da espécie.

A pílula anticoncepcional é o panóptico invisível que vive dentro do nosso corpo, suplementando biologicamente nossas atitudes, performances e ideologias de gênero. (Preciado, 2018)

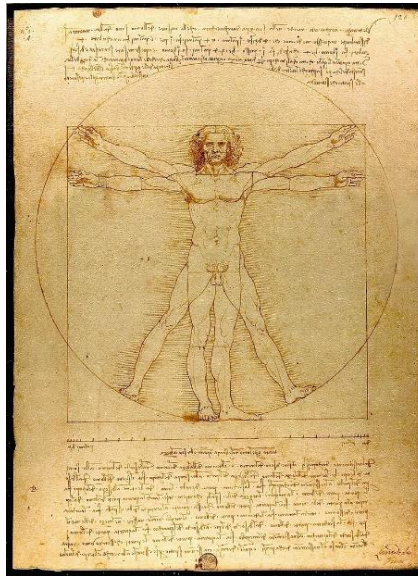
É nesse cenário que o tema do *design*, em particular do usuário padrão, como modelo antropométrico hegemônico emerge como um exemplo paradigmático e violentamente concreto da operação do farmacopornopoder no *design* e da urgência da disputa epistêmica.

Se analisarmos os modelos antropométricos de usuário padrão para as produções de design, nos deparamos com uma constante de corpo que não leva em consideração a diversidade humana. A norma é clara: corpos masculinos cisgênero brancos simétricos. Na historiografia ocidental europeia a primeira representação gráfica de modelo antropométrico documentado seria o homem vitruviano de Leonardo Da Vinci. Já não deve causar espanto ao leitor que novamente um marco da idade moderna estaria no centro das referências da ergonomia contemporânea. Muito menos que este fora baseado nas proporções definidas por um pensador clássico romano, no caso Vitruvio. Nas figuras 2, 3, 4 e 5 estão representados modelos antropométricos de grande renome no cânone da arquitetura e do design.

Através de uma breve análise, é possível perceber que em sua maioria esses corpos modelos para além das suas características físicas biológicas, as quais normalmente não são nem especificadas no projeto somente impostas de forma silenciosa, também seguem uma padronização matemática arbitrária conhecida por diversos nomes como proporção áurea, razão áurea, razão de ouro, *sectio divina*, razão de Phidias, etc.

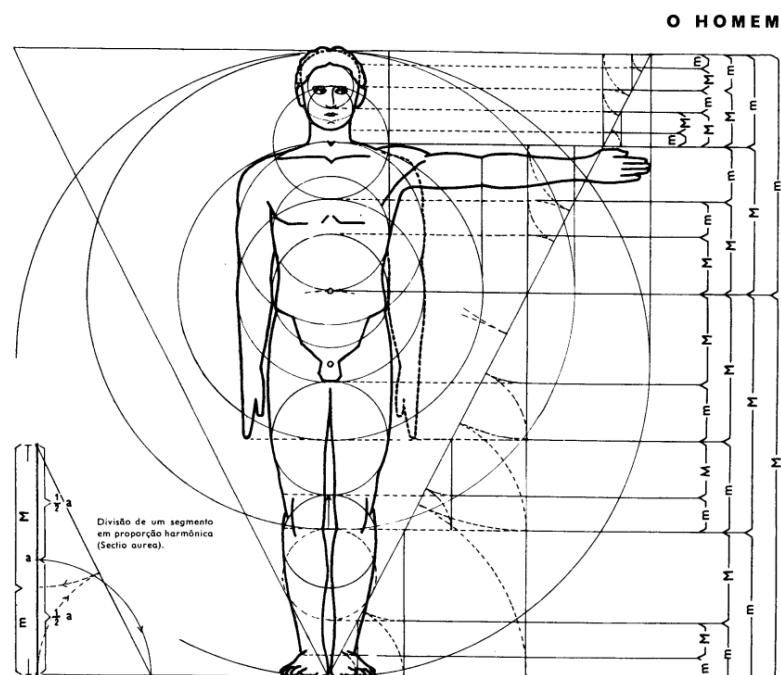
A solução positiva da equação $\varphi^2 = \varphi + 1$ é o número irracional φ (*phi*) é referenciado desde a Grécia antiga como epitome da beleza natural, por conseguir quantificar e estimar o crescimento na natureza pelo uso da matemática. A escolha do número φ , por mais que arbitrária, pelo menos é comunicada e documentada nos projetos de antropometria, às vezes até mesmo como forma de legitimar pela lógica cartesiana o valor do modelo proposto, comportamento natural tendo em vista a epistemologia ocidental na qual se está circunscrito.

Figura 2 - Homem Vitruviano



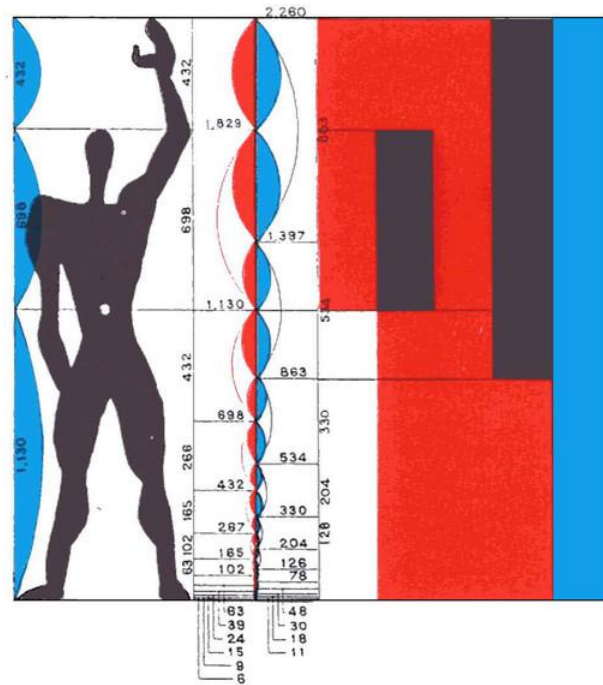
Fonte: DA VINCI, Leonardo. **Homem vitruviano**, c. 1490. Pena e tinta sobre papel, 34 × 24 cm. Gallerie dell'Accademia, Veneza. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg. Acesso em: 2 mar. 2025.

Figura 3 - Modelo Antropométrico de Ernst Neufert



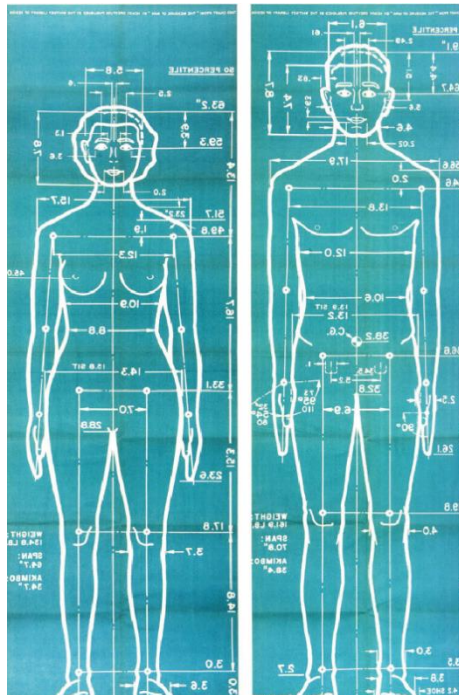
Fonte: NEUFERT, Ernst. **Bauentwurfslehre**. 1. ed. Berlin: Bauwelt-Verlag, 1936.

Figura 4 - O Modulor



Fonte: LE CORBUSIER. **Le Modulor**, 1948. Disponível em:
<https://www.flickr.com/photos/eager/5031911411> Acesso em: 2 mar. 2025.

Figura 5 – Modelo Joe e Josephine



Fonte: HENRY DREYFUSS ASSOCIATES. **Humanscale**, 1974 - 1981. Disponível em: <https://www.johngrimwade.com/blog/2017/08/07/humanscale/> Acesso em: 2 mar. 2025.

Os modelos de Neufert e Le Corbusier são exemplos de antropometria baseada no número ϕ , tendo a mesma regra neoclássica como referência do belo e ideal. Já o modelo de Dreyfuss, investiga as medidas do estadunidense branco médio, definindo uma média a ser seguida para construção de produtos e espaços, entretanto ele batiza seu projeto de *Humanscale*, como se seus estudos fossem um estudo da humanidade e não de um recorte populacional de um país específico, novamente demonstrando como o conceito de universalidade é imposto pela hegemonia e não um debate internacional diverso.

Nessa perspectiva, é fundamental que quem lê este documento perceba como todas teorias de universalidade com raízes no pensamento moderno ocidental até agora propostas, independente em qual área do conhecimento ela esteja posicionada, na realidade está selecionando qual corpo é representativo da humanidade na universalidade, caso analisado em suas características particulares nada de universal o tem. Assim, como o estado democrático de direito não é garantia de direito para

todos (ALMEIDA, 2019), a idealização de uma forma e função que funcionará para todos independente de contexto não supre a urgência e demandas da realidade.

O corpo representado ainda é o mesmo, branco, cisgênero, não portador de deficiência, classe média, simétrico, heterossexual, cristão, e normalmente baseado em proporções arbitrárias ditadas pelo rigor matemático cartesiano e nostalgia neoclássica. Observa-se a constante de repetição do ideal de usuário padrão. Ai entenda que esta pesquisa não pretende negar a importância científica destes modelos para ergonomia e antropometria ocidental, mas intenta-se declarar a necessidade de ressaltar como existe um motivo econômico social para que outros corpos não sejam pautados como possibilidade de usuário e para que régua de avaliação sempre seja feita através da experiência do corpo branco no mundo e, especialmente, no Brasil.

A lógica de transferência ininterrupta de valor da periferia capitalista para o centro do capitalismo global, impacta negativamente no aprofundamento da complexidade tecnológica brasileira, relegando a nação a posição de consumidor de tecnologia. Assim, impede-se por exemplo, no cenário da ergonomia, as produções científicas que produzam dados métricos sobre os corpos brasileiros em sua completude. que jamais deve imaginar a possibilidade de produtos e

É por isso que as reflexões de Preciado são necessárias, o corpo como território de controle biopolítico, se revela nas sentenças invisíveis dos pressupostos projetuais, sobretudo na experiência de corpos deviantes, uma vez que para nós é explícito o disciplinamento diário que sofremos.

Ai que o *design* se demonstra como ferramenta de controle fundamental a ser utilizada para reger os projetos que superficialmente são um aplicativo, um anúncio, uma experiência, um serviço, uma série, um jogo entre tantas outra infinidades de tecnologias e mídias que a área do *design* pode ajudar a criar, mas que em sua mensagem conjunta criam um universo discursivo e semântico, ou seja, epistêmico no qual os corpos, hábitos e atitudes que ali estão representados são algo a ser almejados e o diferente disto não tem a possibilidade nem mesmo de ser reconhecido em sua existência.

4.2 Induções semióticas sobre gênero

O conceito de passabilidade (do inglês *passing*) constitui um fenômeno social complexo e multifacetado, central para compreender as dinâmicas de poder, identidade, pertencimento e marginalização em sociedades estratificadas. Em sua essência, passabilidade refere-se à capacidade percebida ou efetiva de um indivíduo ou grupo de ser reconhecido e aceito como membro de uma categoria social dominante ou privilegiada da qual ele, biologicamente, socialmente ou culturalmente, não é originariamente percebido como pertencente, frequentemente mediante a ocultação, minimização ou performance de características identitárias estigmatizadas.

Dessa forma, para se “passar” depende da análise externa de um observador, que interpreta o sumo dos códigos semióticos e categoriza em marcadores de um grupo dominante ou não, por exemplo os signos de feminino e masculino. Entretanto, vale ressaltar que para cada recorte social, existem particularidades de escopo e forma sobre. Propõe-se pensar esse processo de análise do corpo deviante sob a interpretação do significado do signo, ou seja, seu interpretante. Na tabela 1 e 2, averigua-se uma decupagem dos signos de feminilidade e masculinidade respectivamente, tendo em vista a tentativa de interpretar o gênero de outrem a partir da ótica cisnormativa.

Quadro 1 – Análise triádica do gênero feminino de outrem sob a ótica cisgênera

	Representâmen (FORMA)	Objeto (REFERÊNCIA)	Interpretante (SIGNIFICADO)
Primeiridade	Qualquer característica irredutível organoléptica associada a um gênero		HOMEM OU MULHER?

Secundidade	Fenótipo feminino	Sistema reprodutor feminino	Provavelmente mulher
Terceridade	Feminilidade	 FEMEA	Requisitos para ser mulher

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 – Análise triádica do gênero masculino de outrem sob a ótica cisgênera

	Representâmen	Objeto	Interpretante
Primeiridade	Qualquer característica irreduzível organoléptica associada a um gênero		HOMEM OU MULHER?
Secundidade	Fenótipo masculino	Sistema reprodutor masculino	Provavelmente homem
Terceridade	Masculinidade	 MACHO	Requisitos para ser homem

Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, a passabilidade, no contexto transgênero, é um conjunto de cálculos semióticos produzidos em sucessão por um observador externo para julgar o quanto um corpo se encaixa ou não nos padrões preestabelecidos do que é um homem ou mulher, tendo como único resultado possível dessa equação um dos dois gêneros do universo binário. O cálculo avalia signos individuais carregados de códigos de gênero, sendo que cada um deles ostenta peso próprio. Pela natureza binária da tecnologia de gênero heteronormativa cisgênero, infere-se que o masculino e feminino são grandezas inversamente proporcionais, sempre em contraste e atrito. O processo de análise se torna mais longo quanto maior o número de variáveis incongruentes se percebe em um indivíduo, fazendo com o processo normalmente invisível da análise de passabilidade se torne um processo longo de vigilância vexatória do corpo e identidade em busca de saciar a curiosidade cisnormativa.

É interessante analisar como muitas vezes as próprias placas de banheiro, precisam reforçar o que significa o desenho apresentado, através do uso de um texto auxiliar – “masculino” ou “feminino” –. Paradoxalmente, a construção do sentido, que segundo o Pierce deveria ser intuitiva, se dá somente a partir da introdução do signo já em terceiridade. O ícone (objeto em primeridade) é usado de forma conjunta ao legi-signo (representâmen em terceiridade) escrito por extenso, quase como se somente o desenho de um corpo detentor de proporção quadrada (e cor branca) por si só não fosse suficiente para entender que se trata de homem. Afinal, a noção abstrata de humano é definida pelo fenótipo masculino, Simone de Beauvoir escancara este fato em sua frase “O homem é o Sujeito, a mulher é o Outro”. Isto faz com que exista uma ambiguidade na interpretação, dessa forma, poder-se-ia até mesmo argumentar que se trata de um banheiro unissex, uma vez que o que desenho representado pode significar humano e não um gênero específico. Ressalta-se como, mais uma vez, o representante de universalidade humana é um homem branco cisgênero. Nessa perspectiva, as contribuições de Preciado nos ajudam a identificar alguns dos signos do pós segunda guerra mundial.

Alguns códigos semiótico-técnicos da feminilidade heterossexual branca pertencentes à ecologia política farmacopornográfica do pós-guerra:

Adoráveis mulheres, a coragem das mães, a Pílula, o coquetel hipercarregado de estrogênios e progesterona, a honra das virgens, A bela adormecida, a bulimia, o desejo de um filho, a vergonha da defloração, A pequena sereia, o silêncio diante do estupro, A gata borralheira, a

imoralidade última do aborto, os biscoitos e bolos, saber fazer um belo buquê, o bromazepam, a vergonha de ainda não ter feito, E o vento levou, dizer não quando você quer dizer sim, ficar em casa, ter as mãos pequenas, as sapatilhas de Audrey Hepburn, a codeína, o cuidado com os cabelos, a moda, dizer sim quando você quer dizer não, a anorexia, saber em segredo que sua melhor amiga é quem realmente te atrai, o medo de envelhecer, a necessidade constante de estar de dieta, o imperativo da beleza, a cleptomania, a compaixão, cozinhar, a sensualidade desesperada de Marilyn Monroe, a manicure, não fazer barulho ao andar, não fazer barulho ao comer, não fazer barulho, o algodão imaculado e cancerígeno do Tampax, a certeza da maternidade como laço natural, não saber chorar, não saber lutar, não saber matar, não saber muito de quase nada ou saber muito de tudo mas não poder afirmá-lo, saber esperar, a elegância discreta de Lady Di, o Prozac, o medo de ser uma vadia safada, o Valium, a necessidade do biquíni e da calcinha fio dental, saber se conter, deixar-se dar o cu quando preciso, resignar-se, a depilação precisa do púbis, a depressão, a sede, os sachês de lavanda que cheiram bem, o sorriso, a mumificação em vida do rosto liso da juventude, o amor antes do sexo, o câncer de mama, ser sustentada financeiramente, ser deixada pelo seu marido por uma mulher mais jovem. (PRECIADO, 2008, p. 114)

Alguns códigos semiótico-técnicos da masculinidade heterossexual branca pertencentes à ecologia política farmacopornográfica pós-guerra:

James Bond, futebol, usar calças compridas, saber levantar a voz, Platoon, saber matar, saber sair na porrada, os meios de comunicação de massa, a úlcera estomacal, a precariedade da paternidade como laço natural, o jaleco, o suor, a guerra (incluindo a versão televisiva), Bruce Willis, a operação Tempestade no Deserto, a velocidade, o terrorismo, o sexo pelo sexo, ficar de pau duro como Ron Jeremy, saber beber, ganhar dinheiro, Rocky, Priosec, a cidade, o bar, as putas, o boxe, a garagem, a vergonha de não ficar de pau duro como Ron Jeremy, Viagra, câncer de próstata, o nariz quebrado, a filosofia, a gastronomia, Scarface, ter as mãos sujas, Bruce Lee, pagar uma pensão para a ex-mulher, violência doméstica, filmes de terror, pornô, jogatina, apostas, o governo, O Estado, a corporação, alimentos embutidos, caça e pesca, botas, a gravata, a barba de três dias por fazer, álcool, infarto, calvície, a Fórmula 1, viagem à Lua, a bebedeira, enforcar-se, relógios grandes, calos nas mãos, manter o ânus bem fechado, camaradagem, gargalhadas, inteligência, saber enciclopédico, obsessões sexuais, ser um conquistador, misoginia, ser um skinhead, serial killers, heavy metal, deixar a esposa por uma mulher mais jovem, o medo de tomar no cu, não ver os filhos depois do divórcio, vontade de dar o cu...

Por um longo período, acreditei que as pessoas como eu eram as únicas que estavam fodidas. Porque não somos nem nunca seremos como as mulherzinhas de Adoráveis Mulheres ou como os heróis de James Bond. Agora sei que, na realidade, estamos todos bem fodidos, toda essa merda diz respeito a nós todos, especialmente a Adoráveis mulheres e a heróis como James Bond. (PRECIADO, 2008, p. 115)

O silogismo inerente ao completar a interpretação semiótica triádica (SAUTTER, 2010) é a chave para entendermos como o biopoder se sobrepõe às superfícies dos corpos físicos, já que a construção de sentido na semiótica se dá através do raciocínio dedutivo consagrado na modernidade pela filosofia cartesiana, e aqui novamente se nota o pensamento moderno demarca a lógica como a única

forma de construir significado. O ciclo triádico da semiótica é marcado pela interação entre duas variáveis das quais pode se tirar uma generalização de sua correlação. Dessa forma, deduz-se muitos dos signos que são inerentemente associados à masculinidade ou feminilidade no pensamento moderno ocidental.

Para Peirce, a semiose pressupõe uma cadeia infinita de signos em constante construção de sentido, sendo este processo marcado pela quebra da expectativa, no qual invés de se finalizar a interpretação na terceiridade, retorna-se a primeiridade ao introduzir uma nova informação no contexto. Contudo, a lógica cisgênero binária interrompe esse fluxo ao fixar relações estáticas entre o signo e o gênero.

Pessoas transgênero normalmente passam justamente pela dificuldade de interpretação última do interlocutor, daí uma das frases que mais incomoda a comunidade trans: “é menina ou menino, é menino ou menina?” A pessoa trans nesse momento quebra com a expectativa da expressão de gênero normativa, criando um processo de semiose que as pessoas cis não conseguem lidar e por tanto clamam por um argumento final, pois, em uma visão binária, só é possível que seja um dos dois: HOMEM OU MULHER, MULHER OU HOMEM. Sendo assim, a expressão de gênero da população trans é a negativa da terceiridade sobreposta sobre nossos corpos a partir de uma ótica heterossexual cisgênero.

A primeiridade, que deveria ser a epítome da possibilidade, é reduzida a sua generalização constantemente no olhar normativo. Invés de termos a possibilidade de pensar a barba como um símbolo neutro capaz de ser representação tanto feminina quanto masculina, temos uma lei de gênero monolítica (terceiridade) em que barba é igual a ser do gênero masculino. A mesma coisa acontece com os seios, que são igualados ao gênero feminino. E o que ocorre quando uma pessoa apresenta ambos signos no mesmo corpo? A violência se explicita em ataques à integridade física e psicológica desses corpos. As terceridades impostas pela imaginação reduzida da episteme ocidental estrangulam as diferentes formas de viver em prol de um projeto de corpo universal.

Essa estagnação se dá pela própria forma de construir significado na modernidade, estando associadas à lógica cartesiana e ao modelo de produção capitalista que através do governo da vida projeta corpos em prol do lucro do mercado,

sejam esses corpos produtores ou consumidores. Porque, supostamente, a livre circulação de códigos semióticos moleculares de gênero sem a regulação de uma lógica normativa, implicaria em um mundo desorganizado e improdutivo, assim averigua-se novamente, sob o argumento de neutralidade técnica, como as estruturas de poder consagram o modo de produção capitalista como única alternativa possível de realidade.

Em certa passagem do livro *Texto Junkie*, Preciado narra como ir ao *SPA* com sua amiga, fez ele sentir ansiedade, raiva e receio sobre as possíveis induções que seriam feitas sobre o gênero dele. Imagino que para um leitor cisgênero, isso causaria até mesmo espanto, como ele ativista de gênero, teria um pensamento tão reducionista quando ele mesmo prega o contrário? Por isso que entender o papel do *design* como informante invisível, mas onipresente do projeto nos ajuda. Preciado não escolheu ler os espaços de manicure como ditos femininos, mas sim o projeto de marca e arquitetura do espaço, que ao desenvolver um planejamento com público alvo mulher, assim como a maioria dos outros *SPAs* e salões de beleza.

Mesmo que Preciado, individualmente, não signifique o espaço *SPA* como feminino, frequenta-lo publicamente como homem, cisgênero ou transgênero, causaria estranhamento, uma vez que esse espaço foi pensado somente para mulheres cisgênero acessarem. Isso demonstra, como mesmo que se tenha o estudo e experiência para entender a forma de pensar que rege nossa sociedade, ainda assim existem atitudes e pensamentos que, como indivíduos para sobreviver nesse contexto, chocam com a visão de mundo interna própria.

Ademais, é importante contextualizar o corpo negro nessa discussão. Primeiro, porque ao se falar de forma generalista da experiência humana, mesmo que não a delimitando assim, está se falando majoritariamente da experiência branca, uma vez que não se debateu o efeito da leitura racista sobre o gênero. Em segunda instância, a epistemologia amefricana e pan-africana se apresentam como resistência aos ideais de gênero ocidentais, pois respeitam a diversidade da diáspora africana no continente americano.

O corpo negro, apenas por ser negro, já é desconstruído de toda a lógica normativa binária de corporeidade. É evidente que uma pessoa trans negra, mesmo que seja lida como cisgênera pela sociedade, em relação à branca

tem o corpo com menor aceitação, mais questionado e hostilizado. Porque é visto como uma ameaça. Isso faz com que o sentido mais comum de passabilidade se perca, pois esses fatores que o corpo negro carrega, faz dele um corpo que não é “passável”, tanto em relação ao corpo cis como quanto a ser indivíduo, de maneira geral, na sociedade. Por todas essas dimensões de preconceitos – de raça, classe e gênero –, que muitas vezes se cruzam na vivência da pessoa negra e trans. O corpo trans é lido por muitas pessoas como repudiado, por ser transgressor e isso assusta. O corpo negro trans faz duas conexões marcantes: a de raça e a de transgressão corporal de gênero, isso sem mencionar demais subjetividades e especificidades corporais que se possam ter. (PEÇANHA, 2021)

Aqui está um exemplo que não evoca nenhuma questão racial para facilitar os olhares brancos que não consegue sentir em seu corpo os efeitos tão vívidos e materiais de uma representação racista de si mesmo. Para significar o termo “predatório” podem se evocar múltiplos animais carnívoros como um símbolo, em terceiridade, para significar o perigo que algo representa a um outro. Mas, essa conexão não se atenta que muitos desses animais estão na condição de predador dentro de um contexto maior ou melhor ecossistema próprio. Observa-se, então o caso do tubarão, um animal que em condições naturais não apresenta riscos para os seres humanos, todavia existe um conjunto de alegorias que evocam a figura do tubarão como um animal violento e perigoso para os humanos. Isso não necessariamente se reflete na realidade dentro de um contexto natural em que os tubarões não tiveram seu habitat natural destruído. Dessa forma, é criado um medo irracional de todos tubarões, que na verdade acabam por ser vítimas de um discurso que os impõe a categoria de perigo, ignorando a materialidade do problema, que seria a destruição de seus habitats naturais. Disfarça-se o problema estrutural sobre a imagem de perigo para a espécie humana que esse animal potencialmente pode vir ser.

4.3 Códigos semióticos de controle por gênero da população negra brasileira

Assim como Preciado listou alguns códigos de gênero do período pós segunda guerra na Europa em suas pesquisas, urge-se pensar quais são os signos que existem no imaginário coletivo brasileiro. Nesse sentido, pesquisas e trabalhos como de Carina Nascimento (2025), Grada Kilomba, Lelia Gonzalez que propõem análise minuciosa das narrativas evocadas sobre a população negra são extremamente necessários para compreender quais são os papéis históricos adereçados para esses corpos.

Muitas das ficções somatopolíticas aqui listadas já foram debatidas anteriormente por outros autores de forma aprofundada. No presente momento, a lista abaixo serve o propósito de esclarecer aqueles que ainda não reconhecem o racismo explícito dessas representações, portanto deixo um aviso aos meus semelhantes que a lista abaixo é extremamente dolorosa de se ler e pensar sobre.

Alguns códigos semiótico-técnicos da masculinidade heterossexual preta pertencentes à ecologia política farmacopornográfica do Brasil:

Jogadores de futebol, sendo seu exemplo maior o Neymar, cabelo raspado na máquina zero, o “corte social”, agressividade, ser morto pela polícia, ser bom nos esportes, o traficante, a raiva, aguentar a dor sem chorar, o cafetão, filmes pornô interracial, o ladrão, pênis grande, a irresponsabilidade, a voz grossa, a sua *morte* como espetáculo nos noticiários policiaiscos, o traficante, o alcoolismo, o pivete pedinte, o peão, os dreads estilo “Killmonger”, a palmitagem, a dominação sexual, o funkeiro, o MC, o estupro da mulher branca, o durag, a corrente batidão, o tanquinho super definido, o trabalho braçal, o descaso na assistência médica, ser preso, a preguiça, o medo de ser um vagabundo...

Alguns códigos semiótico-técnicos da feminilidade heterossexual preta pertencentes à ecologia política farmacopornográfica do século XXI no Brasil:

A solidão, a mulata, cuidar do filho branco da patroa, a chapinha, o coquetel hipercarregado de estrogênios e progesterona, nunca sair com o cabelo natural solto, Chica da Silva, a empregada doméstica, a “cor do pecado”, o sofrimento, ser estuprada, fazer cirurgia plástica para aproximar-se do padrão caucasiano, a bunda grande, chorar pelo filho morto (pela polícia), a tia da merenda, a cirurgia BBL (Brazilian Butt Lift), ser mãe solo, a globeleza, o silêncio diante a humilhação, Krespinha da Bombril, a hipersexualidade, a mãe-preta, a submissão sexual, o aborto inseguro, ser deixada pelo seu marido por uma mulher branca, a barraqueira, o cheiro do cabelo queimado na chapinha, o ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”, o descaso na assistência médica, o turbante, a voz baixa, o medo de ser uma vadia...

Esses signos em sua maioria carregam os pensamentos racistas que justificam as atrocidades cometidas pelo imperialismo e colonialismo. No presente, esses

códigos têm como objetivo maior o apaziguamento da discussão étnico-racial em prol do apagamento das origens econômicas do racismo. Isso se expressa ao observarmos que mesmo em sua grande maioria as metáforas associadas a população negra sejam negativas e violentas, existem também um projeto de vida de modelo de negro ideal. Lelia Gonzalez aponta a noção de duplo nó de Marilena Chaui (1987) como chave para entender que mesmo as características positivas associada à etnia-racial negra, carregam em si significados racistas. “O duplo nó consiste em afirmar e negar, proibir e consentir alguma coisa ao mesmo tempo”. Sendo assim, a característica máxima do duplo nó é a contradição. No que se refere a população negra, essa discordância se encontra no reafirmar a cultura negra dissociada de suas origens, desafricanizando os símbolos e transformando-os em construtos fragmentados brasileiros, mas não negros. (SCHWARCZ, 2012)

4.4 A força orgásmica da população negra

A superexploração da força de trabalho da população negra é característica definidora da economia brasileira desde o início da ocupação portuguesa no território. É inegável que desde de 1500 até 2025 o papel adereçado as pessoas negras no território brasileiro é de mão de obra descartável e barata destituída de direitos, isso está dado em toda historiografia brasileira, autores como Lelia Gonzalez, Clóvis Moura, Abdias Nascimento, entre tantos outros esclarecem esse assunto através da análise profunda da história do país, destrinchando economia, cultura e política.

Tendo isto em perspectiva, é preciso situar a exploração de trabalho negra nos termos da mudança de paradigma proposta pelo regime farmacopornográfico, a qual origina uma nova forma de exploração de valor, a força orgásmica.

O que o capitalismo atual tenta colocar para trabalhar é a *potentia gaudendi* (força orgásmica), seja qual for a forma em que existe: seja na forma farmacológica, na forma de representação pornográfica ou na forma de serviço sexual (PRECIADO, 2018, p.38)

O mecanismo de funcionamento da força orgásmica funciona pelo complexo de excitação-frustração, da mobilização do desejo biomolecular transformado em prazer. (Preciado, 2018) Essa dinâmica infinita de excitar e frustrar é o que movimenta

o capital na era farmacopornográfica, a comunicação, em uma época em que tudo se é dado virtual, tenta se apropriar dessa lógica para produzir mais-valia pornográfica, sem sofrer da retaliação moral e marginalização legal que a pornografia experimenta. Justamente, devido a esta dinâmica pornográfica, quase que proibida, Preciado define o *snuff*, a filmagem e consumo de mortes reais, como modelo ontocinemático da produção de valor na era farmacoporno, pois condensa de forma brutal a lógica fundamental: a extração de valor máximo através da destruição final e irreversível do corpo do outro, a consumação da dessubjetivação como espetáculo máximo de excitação.

A excitação pornográfica está estruturada segundo bumerangue: prazer-na-dessubjetivação-do-outro/prazer-na-dessubjetivação-do-eu: assistir a um sujeito que não pode controlar a força de sua produção sexual (*potentia gaudendi*) e vê-lo no exato momento que a renuncia a essa força em benefício de espectador todo-poderoso(a pessoa que o assiste), que, por sua vez, por meio da representação, vê-se dessubjetivado, reduzido a um resposta masturbatória (*Aquele ou aquela que assiste é satisfeito com seu próprio processo de dessubjetivação*) (PRECIADO, 2018, p.257)

A ejaculação como morte é metáfora central deste raciocínio, não somente remonta o poder soberano descrito por Foucault, como mantém o mecanismo de excitação-frustração funcionando como lubrificante próprio.

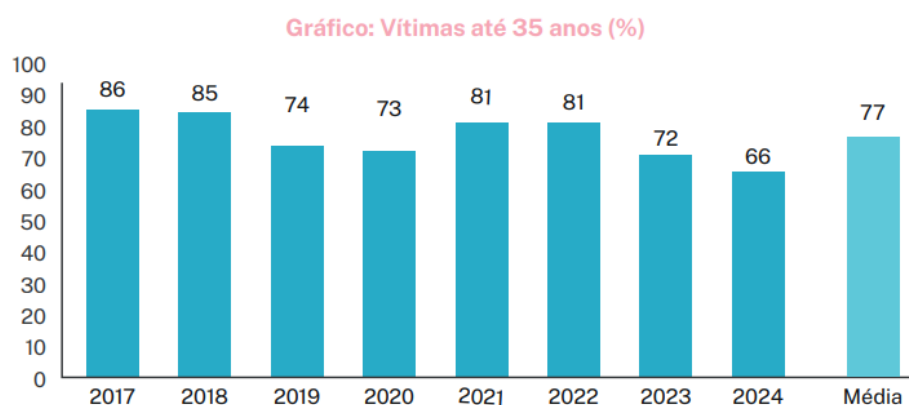
Ao ser reduzido a receptor involuntário de estímulos ejaculatórios, o espectador se vê frustrado, todavia a experiência e possibilidade de possuir a força orgásmica, o corpo, o sexo do outro de forma onisciente e onipotente é também prazerosa e incontrolável. Mobilizar os biocentros de produção de sentimentos e prazer é justamente o modelo de negócio da pornografia. E como Preciado determina, esse é o paradigma de toda indústria cultural, a tentativa da mobilização de um sentimento, a frustração do mesmo e um vício neuroquímico que sustenta o processo.

O processo de pornificação do trabalho presente por igual na indústria do espetáculo e na indústria sexual, extrai uma mais valia farmacopornográfica de corpos racializados e pauperizados (corpos não brancos procedentes dos chamados “países em desenvolvimento”) aos quais o acesso legal ao território ocidental foi radicalmente vedado por qualquer outra via. (PRECIADO, 2018, p.273)

No Brasil, a teoria da divisão pornográfica do trabalho de Preciado encontra sua concretude mais perturbadora e sangrenta nos dados apresentados nos dossiês assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras produzidos anualmente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Figura 6 - Vítimas de homicídio (que eram pessoas transgênero) até 35 anos (%)

Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024

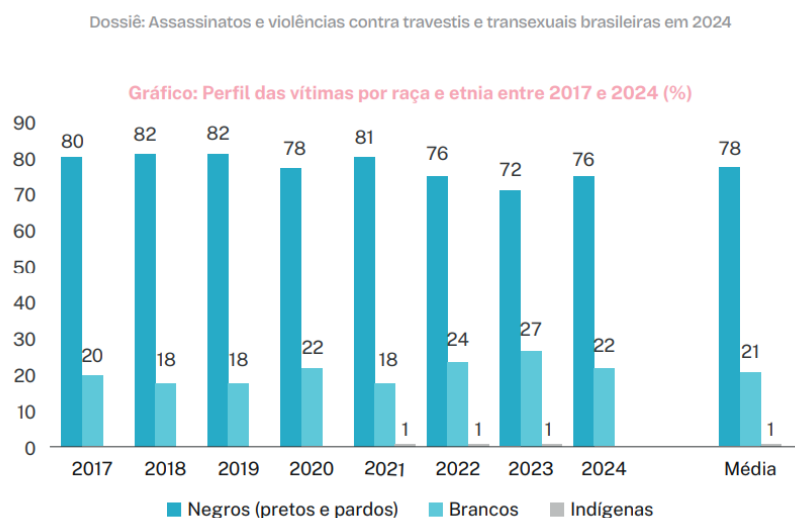


Fonte: ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras de 2024. (1974-1981). Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

Acesso em: 20 fev. 2025.

Na figura 6, observa-se que desses homicídios entre 2017 e 2014, 77% das vítimas tinham menos de 35 anos, o que revela uma caça sistemática a corpos em seu ápice de *potentia gaudendi* percebida, corpos jovens, associados culturalmente a maior vigor, beleza, disponibilidade sexual e, portanto, maior capacidade de gerar excitação e, conseqüentemente, mais-valia farmacopornográfica (seja na pornografia explícita, no trabalho sexual ou na espetacularização cotidiana).

Figura 7 - Perfil das vítimas de homicídio (que eram pessoas transgênero) por raça e etnia entre 2017 e 2024 (%)



Fonte: ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras de 2024. (1974-1981). Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

Acesso em: 20 fev. 2025.

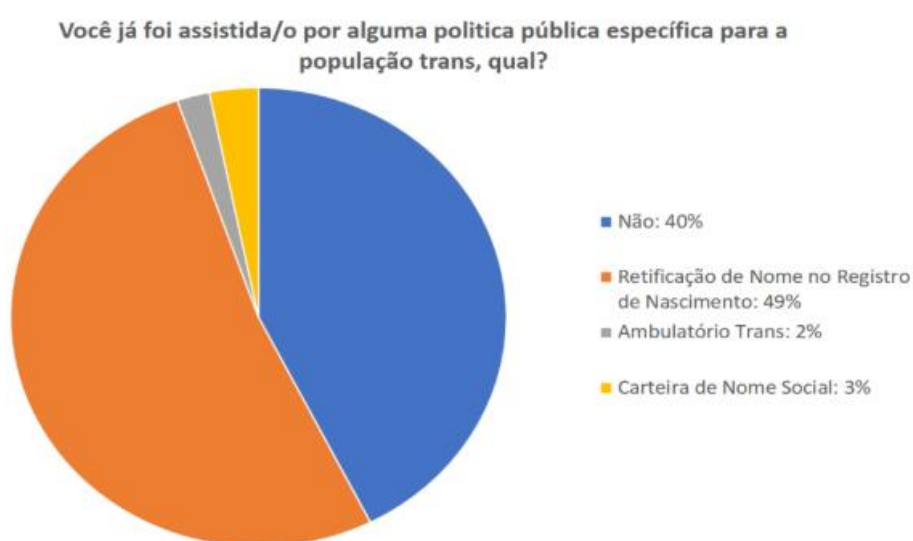
A figura 7 reafirma o passado escravagista do país, explicitando o dado alarmante de que, entre 2017 e 2024, 78% das vítimas eram pessoas trans negras. Esses dados não são meras estatísticas; são a evidência da aplicação prática do regime farmacopornográfico sobre corpos específicos: racializados e generificados. Eles demonstram de forma cristalina como o regime farmacopornográfico herda e reatualiza a lógica da superexploração do corpo negro iniciada com a ocupação portuguesa.

O corpo trans negro se torna o local privilegiado desta nova forma de extração de valor precisamente porque carrega a marca histórica da dessubjetivação, da deshumanização, da disponibilidade forçada para o uso e abuso. A condição de corpo racializado e pauperizado que Preciado identifica como a matéria-prima preferencial da mais-valia farmacopornográfica encontra no Brasil sua expressão na interseção entre negritude e transgeneridade.

A história de escravização e subalternização do corpo negro fornece o substrato simbólico e material que permite sua redução contemporânea a objeto

farmacopornográfico um corpo cuja força orgásmica pode ser extraída indiscriminadamente e cuja destruição pode ser consumida como espetáculo com relativa impunidade social e legal. É por isso que o brasileiro ama ejacular para uma travesti negra, enquanto a mata.

Figura 8 - Perfil das respostas da população travesti e transgênero na pesquisa na travestilidades negras



Fonte: FONTRANS. Pesquisa Travestilidades Negras. (1974-1981). Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/132sYEKGQ2OMBQwSrcMvArH8lJR0hXkWa/view> Acesso em: 20 fev. 2025.

Enfim, na figura 8, a pesquisa feita com pessoas trans e travestis negras das cinco regiões do país realizada pelo Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), apresenta dados relativos o acesso a políticas públicas pra pessoas trans, sendo que de todas respostas somente 2% acessa um serviço de saúde especializado e 40% afirma não ter acessado nenhuma política pública direcionada a população trans. Estas estatísticas reforçam como o corpo trans, ainda está à margem da sociedade, abandonado pelo estado para morrer, mais uma das cartadas do governo da biopolítica. No contexto da farmacopornografia, isso se

reverbera como vulnerabilidade a ser explorada pelo capitalismo, pois o trabalho sexual se torna uma das poucas formas de subsistência.

Em suma, os dados apresentados, escancaram a herança racista e colonial que historicamente condena corpos negros à desproteção e ao descarte. Nesse contexto de precarização racista, a lógica farmacopornográfica do capitalismo explora a vulnerabilidade sistêmica, convertendo o trabalho sexual na única trincheira de sobrevivência. Assim, a sociedade opera seu duplo movimento letal, profundamente marcado pelo racismo: ela fetichiza o que mata – o corpo trans negro, hipersexualizado e objetificado – e mata o que fetichiza negando-lhe humanidade, direitos e acesso à vida digna, numa reprodução perversa da violência racial fundante do Estado brasileiro.

4.5 A experiência do usuário na formação de hábitos e atitudes

Assim como o biopoder ao definir o que é normal, circunscreve o que é anormal, projetistas quando desenham uma experiência para o usuário, está ao mesmo tempo definindo o que é normal, portanto, o que se deve esperar como normal desse processo. Afinal, uma das heurísticas de Nielsen (1994) é a “visibilidade do estado do sistema”, em outras palavras transparência do processo, o que pressupõem que todas as partes tenham consciência e expectativas bem definidas sobre os mecanismos de uso da interface qualquer que seja a forma dela. A partir disso, revela-se a como o *design* opera silenciosamente a biopolítica, pela capacidade de definir o certo e o errado, o normal e o deviante sem ter que explicitamente comunicá-los.

Agora vamos nos debruçar sobre produtos, os quais sua elaboração exige atuação direta da profissão de *design*. E entender como as metodologias tão defendidas como eficazes e produtivas no mercado formal de *design* pecam em combater o racismo de suas propostas, pelo contrário são elas que revelam aos olhos críticos o projeto de vida ali ostentado.

4.5.1 Aplicativos de aposta (BETS)

As plataformas de apostas online vêm um crescimento exponencial nos últimos anos, a ponto de se tornar tópico de preocupação popular. A maioria dos discursos moralistas buscam justificar o sucesso dos aplicativos, através do juízo de

valor, categorizando aqueles que apostam como irresponsáveis ou ignorantes por acreditarem na possibilidade de lucrar com apostas. Todavia essa perspectiva reduz a complexidade do problema ao um falso debate, no qual o foco é responsabilizar o próprio apostador como origem de um problema que é sistêmico. Isso se explicita em três fatores: cenário socioeconômico brasileiro, projeto de *design* e projeto publicitário dos aplicativos de aposta.

Da perspectiva do *design*, a operação dos aplicativos de apostas (BETS) é sustentada por um repertório sofisticado de práticas de design predatórias, estrategicamente concebidas para explorar vulnerabilidades neurológicas e comportamentais dos usuários. Essas técnicas, conhecidas por “padrões enganosos de design” (BRIGNULL et al., 2023), atuam de forma sistêmica para maximizar o engajamento e a monetização, frequentemente à custa do bem-estar do usuário.

Primeiramente, observa-se a construção deliberada de uma ilusão de controle e a exploração psicológica de quase vitórias. Através de recursos sensoriais como animações, efeitos sonoros e feedbacks visuais positivos exibidos mesmo em situações de derrota, os aplicativos simulam vitórias parciais. Esse mecanismo, associado à complexificação artificial das apostas em tempo real com múltiplas variáveis interativas (como a opção de "sacar"), visa criar uma falsa percepção de que a habilidade ou decisão do apostador influencia resultados intrinsecamente aleatórios. Estas estratégias alimentam a crença na possibilidade de que se trata de habilidade e não sorte.

Simultaneamente, oculta-se os custos e riscos de usar o aplicativo, caracterizando uma assimetria de informações proposital na experiência do usuário. Os processos de depósito são otimizados para a máxima facilidade, enquanto os saques são intencionalmente onerados por burocracias, atrasos, propagandas e entraves técnicos. Ademais, a comunicação promocional enfatiza a possibilidade de lucros altíssimos, bônus, e promoções atraentes, cujos termos e condições reais – invariavelmente desfavoráveis e complexos – são minimizados ou omitidos na interface. Esta dissimulação mascara os custos efetivos e as dificuldades concretas para acessar eventuais ganhos, configurando uma desinformação ativa sobre o custo-benefício real da participação do usuário no serviço.

Outra estratégia usada é a geração artificial de pressão social e urgência. Notificações *push* invasivas e recorrentes como “Ganhe e saque 100 (cem) reais agora”, “Bônus expirando!” e “Fulano acabou de ganhar R\$X!” criam um senso constante de emergência e oportunidade efêmero, dificultando a reflexão racional.

A oferta de incentivos iniciais, como apostas gratuitas ou bônus diário, constitui uma estratégia de incentivo ao hábito de aposta. Estes recursos, aparentemente benignos, normalizam o ato de apostar e cultivam o hábito de abrir o aplicativo todos os dias, mesmo que seja somente para adquirir a bonificação diária. Assim, constrói-se a falsa sensação de facilidade de ganhos e reduz-se a aversão natural ao prejuízo, incentivando a persistência no comportamento de aposta através da mitigação da percepção de risco.

Através de personalização algorítmica, sistemas de dados analisam padrões comportamentais e momentos de vulnerabilidade emocional, como após uma sequência de perdas ou uma transação financeira alta, para oferecer, em tempo real, formas de resgatar dinheiro. Este mecanismo explora estados psicológicos transitórios de frustração e euforia, predação natural no regime farmacopornográfico, maximizando a propensão a decisões impulsivas.

Também, destaca-se a dificuldade de cancelar o serviço e configurar limites dentro do aplicativo. A arquitetura da interface frequentemente obstrui o acesso às ferramentas de controle da conta, como definição de limites de depósito ou a opção de excluir a própria conta, seja através da ocultação em menus complexos, seja pela imposição de barreiras burocráticas, ou simplesmente pela interrupção constante por anúncios e redirecionamentos não solicitados. Quando o usuário tenta ativar esses recursos, é confrontado com mensagens dissuasórias que exploram o medo da perda de oportunidades e benefícios ilusórios. Esta combinação de obstrução e persuasão inversa visa a retenção compulsiva do usuário no ciclo de apostas, mesmo sem sua intenção.

Ademais, a linguagem visual utilizada pelos aplicativos é extremamente apelativa, normalmente usando de signos que evocam riqueza, a exemplo de dinheiro, moedas, diamantes, baús de tesouro em conjunto de cores vibrantes e com alto contraste para chamar atenção do usuário e criar uma falsa sensação de possibilidade

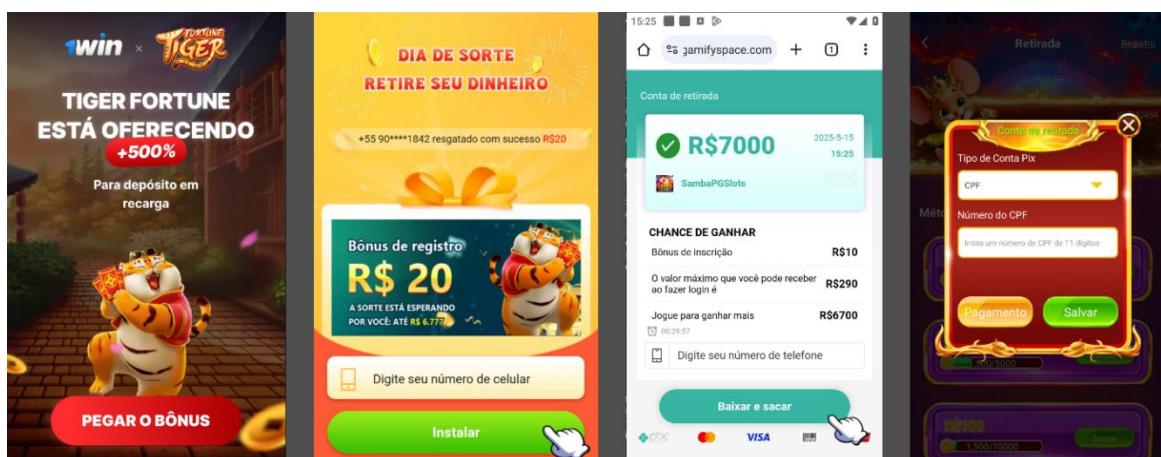
de lucro. Em síntese, essas práticas não são coincidências ingênuas, mas elementos constitutivos de um modelo de negócio e projeto de interface intrinsecamente exploratório. Elas formam um ecossistema de manipulação psicológica projetado para minar a autonomia do usuário, exacerbar a impulsividade e criar dependência comportamental. Nas figuras 9 e 10 é possível identificar grande parte das práticas indicadas.

Figura 9 - Captura de tela de aplicativos de aposta



Fonte: Acervo da autora, obtido de diferentes aplicativos de aposta na PlayStore

Figura 10 - Captura de tela de aplicativos de aposta

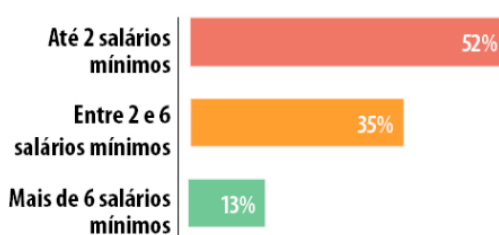


Fonte: Acervo da autora, obtido de diferentes aplicativos de aposta na PlayStore

Adentrando o cenário socioeconômico brasileiro, a 8ª edição do Raio-X do Investidor Brasileiro produzido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em colaboração com o Datafolha, informa que 15% da população brasileira fez alguma aposta em 2024, totalizando mais de 23 milhões de apostadores. Na figura 11, uma pesquisa do DataSenado expõe que a renda familiar dos apostadores é em sua maioria de até 2 salários mínimos.

Figura 11 - Renda familiar dos apostadores em maio de 2024

Renda familiar dos apostadores nos últimos 30 dias



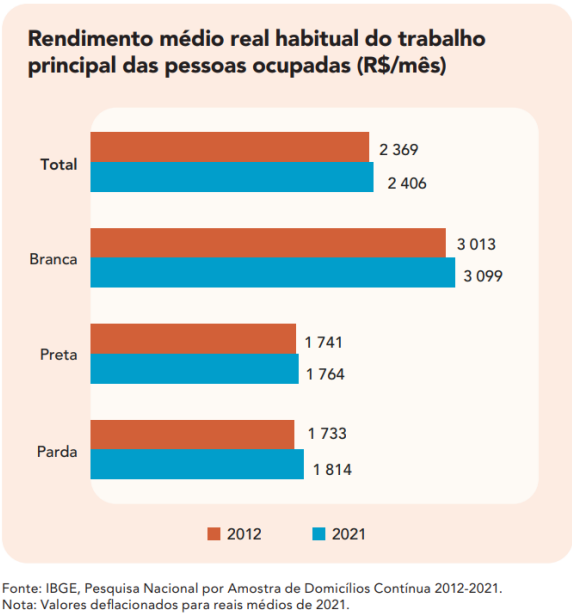
Fonte: DataSenado, junho de 2024

agênciasenado

Fonte: DataSenado, 2024

Comparando os dados da figura 12 da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil do IBGE de 2022, percebe-se que a renda média da população preta e parda não atinge 2 salários mínimos, sendo assim pode-se inferir que parcela significativa da população negra faz parte da população que aposta.

Figura 12 - Rendimento médio real dos brasileiros ocupados comparação 2021 e 2012 com valores deflacionados por mês



Fonte: IBGE, 2º edição Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2022

Ademais, na figura 13, dados retirados da 7º Raio-X do Investidor Brasileiro revelam que 52% da população sente alto nível de estresse com a despesas e que dos 14% que apostaram em 2023, 40% viam na aposta uma forma rápida de obter dinheiro para pagar contas.

Figura 13 – Infográfico com informação sobre finanças da população brasileira e aplicativos de aposta



Fonte: ANBIMA, 7º Raio X do Investidor Brasileiro, 2024

A pesquisa do Serasa, exposta na figura 14, reforça essa informação ao apresentar que o principal motivo para começar apostar é a tentativa de ganhar dinheiro rápido para pagar uma necessidade.

Figura 14 - Rendimento médio real dos brasileiros ocupados comparação 2021 e 2012 com valores deflacionados



Fonte: SERASA; OPINION BOX. A relação dos endividados com apostas no Brasil, 2024

Por fim, na figura 15 estão dispostos os principais destaques da pesquisa da 8ª edição do Raio X do investidor brasileiro, dos quais salienta-se sobretudo que metade da população que apostou está endividada e que 60% dos apostadores acreditaram ser possível reverter o dinheiro perdido nas apostas apostando novamente.

Figura 15 – Destaques sobre *Bets* do 8º Raio X do investidor brasileiro

- 1 Bets: 15% da população fez alguma aposta em 2024**

Cerca de 23 milhões de pessoas apostaram ao longo de 2024. Entre elas, 16% (4 milhões) consideram as apostas como investimentos financeiros – o percentual, no entanto, apresentou queda em relação a 2023, quando era de 22%.
- 2 Quase metade das pessoas que apostaram está endividada**

Quase metade das pessoas que fizeram apostas em 2024 (47%) está com dívidas em atraso. O índice supera a média da população (33%) e é ainda mais alto entre quem considera as apostas como uma forma de investimento (51%).
- 3 Ganhar dinheiro continua sendo a principal motivação para apostar**

Ganhar dinheiro rápido ou uma grande quantia ainda é a principal motivação para as pessoas apostarem. A tendência muda apenas no **Perfil Diversifica**, que aponta a diversão em primeiro lugar – esse também é o grupo que gasta mais dinheiro mensalmente com a prática.
- 4 Cerca de três milhões de pessoas têm alta tendência ao vício em apostas**

Entre as pessoas que apostaram em 2024, 10% apresentam alta tendência ao vício em apostas, de acordo com novo índice calculado pela ANBIMA. Dessas, 21% consideram que apostar é um tipo de investimento financeiro. A média mensal de gastos desse público com as bets é de R\$ 683,64.
- 5 Ilusão de recuperação do dinheiro pode ampliar ciclo de perdas**

Seis em cada dez das pessoas que apostaram disseram que, após perderem, tentaram recuperar os valores em novas apostas. Além disso, quatro em cada dez mencionaram sentir culpa em relação à forma como jogam.

Fonte: ANBIMA, 8º Raio X do Investidor Brasileiro, 2025

Portanto, os dados confirmam que a expansão das apostas no Brasil é sintoma de mazelas socioeconômicas – desemprego, informalidade, desigualdade de renda, racismo estrutural e ausência de educação financeira –, não mera escolha individual. Os aplicativos de aposta constroem seu modelo de negócios na conversão da precariedade em lucro, se aproveitando da vulnerabilidade socioeconômica em prol da acumulação de capital próprio através da mobilização de sentimentos de frustração e excitação, marca explícita do regime farmacopornográfico.

Além disso, a inserção agressiva de *influencers* e elementos do universo futebolístico no projeto publicitário das operadoras de apostas online (*bets*) constitui uma estratégia calculada de legitimação cultural e penetração psicossocial, cuja eficácia decorre da exploração sistêmica de vulnerabilidades estruturais da sociedade brasileira. A associação com figuras de elevado capital simbólico notadamente jogadores de futebol, ex-atletas e *influencers* digitais com amplo engajamento juvenil

opera mediante um mecanismo duplo: a transferência de credibilidade e a dessensibilização de risco.

A transferência de credibilidade ocorre quando figuras públicas de elevada influência social, como atletas, ex-jogadores ou influenciadores digitais, associam sua imagem pessoal a marcas de apostas, transpondo para estas empresas o capital simbólico e a confiança por eles acumulados junto a suas audiências. Esse mecanismo de mediação simbólica age pela instrumentalização da autenticidade percebida e identificação cultural desses agentes, convertendo sua autoridade em legitimidade mercadológica para as plataformas de apostas.

Não obstante, a dessensibilização do risco da aposta manifesta-se na estratégia discursiva que recontextualiza a prática das apostas como experiência lúdica, associando-a a narrativas de entretenimento, sociabilidade ou competição esportiva, em detrimento de sua natureza probabilística e indutiva de vício. Somado a isto, ao banalizar os perigos inerentes ao jogo de azar, através de propagandas com slogans como “é fácil ganhar dinheiro nas plataformas de aposta” ou “dia de sorte”, as campanhas publicitárias substituem a imagem de risco por possibilidade de ganho de dinheiro facilitado, assim reduzindo o peso do ato de apostar. A conjugação desses processos, vinculado o estilo de vida luxuoso de influenciadores digitais à ilusão de lucro instantâneo no ato de aposta, naturaliza-se tais plataformas como caminho possível para alcance do dinheiro, disfarçando sua lógica predatória.

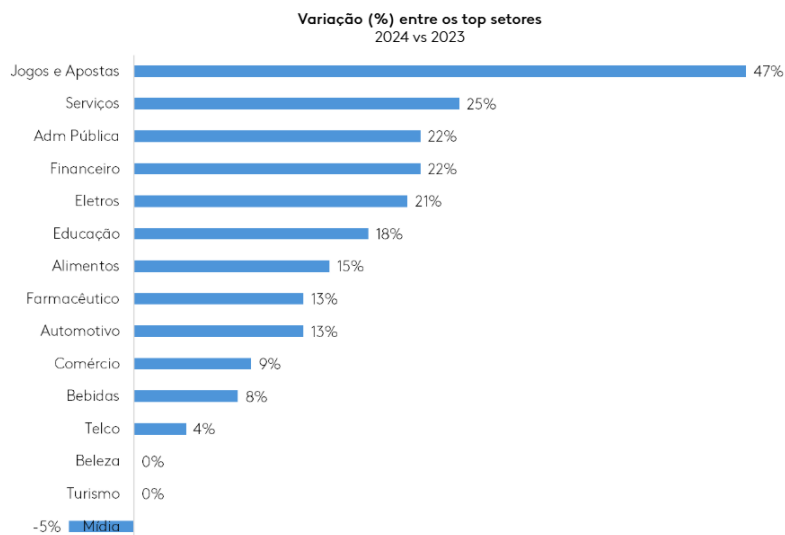
Figura 16 – Variação no aumento na compra de mídia por setores de mercado entre 2023 e 2024

Dinamismo em múltiplos segmentos

O comportamento de aumento da compra é observado também na cauda longa dos modelos de negócio anunciantes, com a maioria dos setores que mais investem em mídia crescendo acima da inflação.

Jogos e Apostas é o setor que mais cresce percentualmente, com quase 50% de variação.

O crescimento da Administração Pública é compatível com histórico e contexto de anos eleitorais.



Kantar IBOPE Media | Advertising Intelligence | Total Meios | 2024 vs 2023 - Crescimento nos Top 15 setores - exceto Multisetorial.
Estimativa dos valores negociados, calibrando investimento bruto por médias percentuais de desconto por meio

Fonte: Kantar IBOPE Media, *Data Stories – Inside Advertising*

Por último, mas não menos preocupante, vale evidenciar os dados apresentados na figura 16 que demonstram um aumento de 47% dos investimentos em publicidade entre 2024 e 2023, este dado explicita a tática agressiva de propaganda das empresas e condiz com as técnicas utilizadas. Não é por acaso, que todos os clubes de futebol do brasileirão sejam patrocinados por casas de apostas (GLOBO, 2025), a cooptação da cultura para venda desse serviço é uma estratégia muito bem pensada para destilar no inconsciente as *bets* como possibilidade real de enriquecimento ou até mesmo de quitação de dívidas. Este é o plano mestre para capitalizar o estresse financeiro vivido pelo brasileiro.

4.5.2 A voz nas URAs e TVs

Uma das principais tecnologias usadas por empresas para evitar custos com telemarketing são as unidades de resposta audível, conhecidas também como robôs de autoatendimento, muito usados pelas empresas, especialmente as de telecomunicações para diminuir o contato humano entre cliente e central de atendimento. Sua arquitetura é relativamente simples, um fluxograma em que um número do teclado do telefone representa uma ação do usuário, dessa forma podem se construir diversos menus interligados por uma teia de inputs. Nesse sentido, muitas técnicas do design de interfaces e design de experiência podem ser aplicadas para tornar o processo de sanar dúvidas ou problemas mais aprazíveis, todavia o que normalmente se observa é que o brasileiro odeia ter que lidar com esses problemas através das centrais de autoatendimento, parece até mesmo que o desenho da experiência é feito para frustrar o usuário e de preferência induzi-lo a desistência.

Durante os anos de 2021 a 2023, fui estagiaria em uma empresa que vendia serviços de atendimento digital para outras empresas, entre eles URAs e pude ver de perto qual a cultura organizacional e metodologias usadas para construir a identidade (*persona*) dos robôs de autoatendimento. Existe uma preocupação muito grande em humanizar a tecnologia e simular um atendimento realizado por um humano real. Para isso, entende-se que a linguagem deve se aproximar do usuário do serviço, enquanto também incorpora uma identidade da empresa que representa. Então, na empresa criava-se um documento aprofundado sobre a identidade desse atendente virtual, pensando em tom de voz, personalidade, forma de flexionar as palavras, léxico compartilhado e grau de proximidade com o cliente.

A metodologia e objetivos do serviço são relativamente interessantes, mas vale explicitar que a idealização dessa identidade escrita e voz da marca para o serviço de atendimento virtual vendido tem seu limite delimitado pela imaginação de quem a constrói, não diferente de como funciona em outras tecnologias, o universo da linguagem e identidade afinal são construídos pelas nossas próprias referências pessoais. Nessa perspectiva, se temos o intuito de criar proximidade com o usuário através da forma de falar, naturalmente o sotaque seria um dos tópicos a ser tratado, não é mesmo? Ironicamente, não. A maioria dos locutores responsáveis por dar vida a voz das *personas* que trabalhavam em conjunto com os *UX designers* eram pessoas

do sudeste, assim como a maioria das identidades desenhadas para as empresas que compravam o serviço. Além disso, discussões referentes ao sotaque normalmente eram sufocadas pelo argumento de urgência da entrega.

As reflexões de Lelia Gonzalez novamente se fazem extremamente pertinentes, principalmente, no tocante ao pretuguês neste caso:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1983)

A ironia está justamente no fato de que toda linguagem pode ser adaptada para aproximar-se do usuário, uso de emojis, gírias, até a própria supressão dos erres pode ser usada, mas situar isso dentro da perspectiva negra já se tornava uma discussão muito aprofundada em que nunca se tinha tempo para debater sobre.

O exemplo anedótico aqui mesmo que não se reverbere necessariamente como fato comprovado por ser uma experiência empírica, se reproduz em outras cadeias produtivas também. Como por exemplo na televisão, em que a maioria dos canais abertos são emissoras do sudeste que propõem como linguagem brasileira uma mistura entre o sotaque paulista e carioca. É imprescindível que se esquematize medidas para mitigar o reinado dessas representações particularizantes universais e começar a pautar outros sotaques, outras formas de linguagem, outros corpos para termos uma representação mais real da diversidade cultural brasileira.

A discussão que esta pesquisa preconiza é pensar justamente porque na maioria dos projetos de comunicação esses pressupostos incontestáveis são tão presentes, a resposta é clara: o processo histórico de desumanização e dessubjetivação do negro, como corpo que não pode ser produtor de conhecimento nem cultura. Historicamente, a pessoa negra é usada somente para superexploração de valor, no regime farmacoporno, isso perpassa pela exploração da identidade negra como objeto de prazer e símbolo de respeito a diversidade tokenizada também.

4.6 *Design* como dispositivo biopolítico

O *design* assim como qualquer outra área da comunicação tem a capacidade de definir narrativas e construir sentido, o cuidado com a mensagem, então, faz-se extremamente necessário para não se produzir signos prejudiciais para sociedade. Em particular, na era farmacopornográfica em que as identidades e representações são moldadas e diluídas para mobilizar sentimentos, a intenção na escolha dos signos se faz essencial. Todavia, em sentido contrário ao que se debate nas áreas coligadas à comunicação, o *design* ainda se propõe como disciplina neutra. No jornalismo, por exemplo, mesmo considerando os desafios da profissão, a maioria dos jornalistas entendem a importância do posicionamento da opinião e senso crítico. Enquanto isso, no *design* o paradigma funcionalista da dicotomia entre forma e função ainda assombra o ideal do que é um bom projeto.

O que esta pesquisa busca afirmar não é que a área do *design* é inerentemente má, mas que seu papel desde o seu nascimento é a posição de gestor biopolítico, mesmo que de forma inconsciente. Portanto, mapear de onde emergem as bases filosóficas e culturais do *design* nos ajuda a entender para quem estamos projetando – quem é esse suposto usuário padrão – quando se adere passivamente às tendências do mercado.

Deve-se ter em vista que, no âmbito do Design, a escola modernista europeia, a partir das primeiras décadas do século XX, tornou-se uma medida reguladora, uma referência irrevogável para o mundo durante muito tempo — quiçá até os dias atuais, em determinados contextos. Quer dizer que a produção em Design Gráfico é, de modo geral, regida pelo paradigma funcionalista, o qual se expressa pela regularidade de estruturas e de elementos gráficos; por isso, é chamado aqui de “alfabeto regular”, isto é, uma série de características convencionalizadas com o intuito de obter a regularidade funcional. Um exemplo são os sistemas de grid utilizados para a disposição de conteúdos verbais e não verbais em uma página de forma a mecanizar a apreciação de um leitor. (ARAUJO, 2022, p. 120)

Sendo assim, ressalta-se a urgência por desmistificar a ideia de *design* imparcial, pois como demonstrado neste documento, os signos evocados pela metodologias projetuais hegemônicas se escoram no racismo científico do pensamento moderno para informar uma suposta universalidade masculina cisgênera

branca que, como exposto anteriormente, dentro de uma ecologia biopolítica particularmente farmacopornográfica significa impulsionar esses corpos a posição única de produtores de cultura, conhecimento e tecnologia, apagando qualquer referência sociocultural localizada que o *designer* possa ter.

Ao tratar do paradigma funcionalista, a autora Mônica Pujol Romero (2011, p. 19) desenvolve que os “pressupostos ontológicos estimulam a crença na possibilidade de um design como disciplina social objetiva e livre de valores, na qual o designer está distanciado da cena que está sendo analisada por meio do rigor e da técnica do método projetual”. No limite, o designer chega a desconsiderar as referências de seu entorno sociocultural e passa a produzir sob a orientação reguladora da escola modernista. (ARAUJO, 2022, p. 121)

Legitima-se assim uma única forma de pensar e projetar que para o contexto brasileiro é mais violento ainda, uma vez que o país é marcado pela descartabilidade negra. É humilhante ser uma pessoa negra e ter toda sua produção sempre reduzida aos moldes europeus, ainda mais quando o meio profissional se denomina inclusivo, antirracista e de esquerda.

A crítica ao paradigma modernista no design, portanto, não é meramente estética ou formal. É uma crítica à forma de pensar. A elevação do funcionalismo europeu à condição de modelo universal suprime violentamente outras epistemologias do projeto, outras ontologias do fazer e do habitar o mundo material e simbólico. Formas de conhecimento ancestral, tecnologias vernaculares, sistemas de organização espacial e visual desenvolvidos por povos africanos e afrodiaspóricos, indígenas e outras comunidades do Sul Global são sistematicamente desqualificadas como primitivas, não científicas ou meramente decorativas. Esta supressão não é acidental; é a estrutura para manutenção do poder colonial e à dependência econômica e cultural do Brasil (e de toda a periferia global) em relação ao Norte. O projeto modernista, em sua vertente hegemônica, serve ao projeto colonial ao negar a validade e a sofisticação de saberes que poderiam fundamentar caminhos autônomos de desenvolvimento e expressão.

O *design* brasileiro, quando não questiona radicalmente este paradigma, torna-se cúmplice na reprodução de uma lógica que nos mantém subalternos, importadores de tecnologias e exportadores de matéria-prima (física e cultural), incapazes de

reconhecer e valorizar a imensa riqueza epistêmica que pulsa em seu próprio território e em sua população negra.

Quantos produtos genuinamente concebidos, desenvolvidos e manufaturados com alto valor agregado, ostentando a marca "MADE IN BRASIL" ou, mais ambiciosamente, "FEITO NO BRASIL" E quando encontramos algo produzido em solo brasileiro, onde se localiza essa produção? Frequentemente concentrada nos eixos industriais tradicionais de São Paulo e Rio de Janeiro, reproduzindo assimetrias regionais históricas.

O que se intenciona costurar neste documento, mesmo que de forma introdutória, é justamente a reflexão sobre o que o Brasil produz, para quem produz e por que não se produz para o povo brasileiro. Esta doença crônica chamada dependência econômica, aflige o Brasil desde os primórdios da ocupação lusitana. Obviamente, com o desenrolar da história, essa dependência se metamorfoseia, adaptando-se às novas formas de dominação no capitalismo globalizado, mas mantendo sua essência: a subordinação da economia nacional aos interesses externos e a transferência de riqueza ininterrupto para o centro do sistema.

Diante deste quadro complexo e opressor, a mera inclusão ou representatividade no âmbito do design é insuficiente. Não se pode interpretar a migalha da representatividade performativa como verificação de compromisso com o anti-racismo. É necessária uma ruptura radical com a epistemologia projetual proposta. A tese aqui defendida culmina na defesa incondicional de um pensamento decolonial negro como horizonte ético, político e projetual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como autora e pesquisadora, não consigo imaginar como escolher um tema diferente para a presente tese independente do curso que eu estivesse. Falo isto tanto por interesse próprio, como pelo próprio tema poder ser aplicado a todo e qualquer profissão. Antes de começar a graduação em *design*, fiz um ano e meio de curso em farmácia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e tenho plena consciência, caso houvesse finalizado a graduação em farmácia, que o tema final da minha tese não seria muito diferente. Entender como a profissão que escolhi é utilizada para controlar biológica e socialmente os corpos é de suma importância para entender minha atuação política e laboral dentro da área de atuação escolhida.

Como dito anteriormente, tenho consciência de que todas as áreas profissionais podem ser lidas pela ótica do biopoder, mas vejo que o design não somente é centralizador dos projetos biopolíticos no século XXI pela sua capacidade de operacionalizar qualquer produção, seja de serviço, experiência, produto físico ou digital ou, simplesmente, pela esquematização e documentação projetual. Em suma, busco entender e expor o que entendi, através desta tese, sobre o papel do designer na divisão social do trabalho e discutir as raízes modernas da epistemologia hegemônica na qual a área está circunscrita.

Se os designers são, por definição, profissionais que nascem da necessidade de conhecimento técnico aplicado ao processo industrial e à resolução de problemas contextualizados a cultura e vida em sociedade, então é imperativo que nos apropriemos criticamente da nossa própria história. Devemos compreender os motivos estruturais pelos quais o Brasil está sistematicamente impedido de aprofundar sua complexidade tecnológica e industrial, mesmo possuindo imensas riquezas naturais, como as reservas de terras raras. (INPI, 2016)

Somos filhos e filhas da revolução industrial, isso tem consequências econômicas e de linguajar, para entender porque o nosso país sofre com baixa complexidade industrial e porque certas metodologias e projetos claramente disfuncionais para o nosso contexto, se mantém em voga é necessário fazer resgates históricos sobre como nossa nação se formou, quais foram os grupos apagados da nossa história e apontar quem tira proveito da nossa terra até hoje.

Acredito que este é um requisito para ser um bom *designer* no Brasil, mas entendo que nossa educação não estimula isso, então quando falo que isto é imprescindível não é somente uma crítica ao campo como para mim mesma, mas, sobretudo, um chamamento para contribuir coletivamente com a construção de uma nova forma de projetar que tenha base epistemológica na amefricanidade.

5.1 O papel do designer

Após esta discussão, urge-se delimitar o papel da profissão na divisão social do trabalho. No cenário neoliberal que vivemos, no qual a maioria das empresas públicas estão diante da ameaça de privatização, o *designer* claramente está posicionado ao lado das elites que pressionam o Brasil a manter a si mesmo como dependente de tecnologia e mercado externos. Se o gestor público é aquele que avalia e projeta políticas públicas, o *designer* é aquele que avalia e projeta serviços privados.

Isso se revela no próprio projeto político pedagógico dos cursos superiores em *design*, no tocante às matérias de gestão, os discentes são treinados para pensar como empreendedores autônomos ou gestores de projetos de empresas privadas multinacionais, normalmente se espelhando em casos de sucesso do mercado de trabalho da comunicação e desconsiderando a possibilidade de encontrar no setor público qualquer tipo de oportunidade empregatícia.

Existem múltiplas hipóteses que podem justificar isso: Primeiramente, pela própria natureza da dependência imposta à nação brasileira, já que a maioria das tecnologias são importadas, é esperado que trabalhemos para multinacionais que concentram o mercado da tecnologia. Em segunda instância, existe uma descrença na capacidade de inovar do estado, normalmente associado a burocracias e tecnologia ultrapassada. Por fim, a própria dinâmica do mercado de trabalho faz com que muitos designers optem por serem autônomos para ter sua liberdade criativa assegurada, fazendo com que realmente seja importante ter um entendimento de gestão de pequena empresa em mente.

Tendo em vista esse cenário, acudo ao conceito de Abdias Nascimento de quilombismo, a desobediência política elaborada a partir da experiência coletiva afro-brasileira em prol de um estado que quebre com as amarras coloniais deve ser destilada em todos projetos que propomos.

Em conclusão, o projetista brasileiro, tendo sido criado e ensinado em uma epistemologia capitalista supremacista branca, normalmente não está atento a dados alarmantes socioeconômicos, como:

- Maioria étnica negra no Brasil (IBGE, 2022)
- 70% da população recebe até dois salários mínimos (IBGE, 2022)
- Quase 70% da população carcerária é negra (FBSP, 2024)
- 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (IPEA, 2025)
- Maioria dos trabalhadores informais são negros (IBGE, 2023)

Diante da discussão proposta nesta pesquisa e os dados acima, reconhece-se que a formação do projetista brasileiro, ancorada em uma epistemologia hegemônica, frequentemente o aliena das reais condições socioeconômicas e raciais do país. Essa lacuna epistêmica contribui para a reprodução acrítica de práticas de *design* que, ao ignorar a maioria negra da população, consolidam o campo como tecnologia de biopoder farmacoporno. Portanto, urge-se uma reorientação radical da práxis projetual: incorporar esses dados não como mero pano de fundo, mas como premissa fundamental e decolonial para toda e qualquer produção em *design* no Brasil.

Somente através dessa conscientização crítica e desse compromisso ético com a realidade concreta da população brasileira, o *design* poderá transcender seu papel de gestor biopolítico produtor de mais-valia e converter-se efetivamente em ferramenta para a construção de projetos emancipatórios e mudança social.

5.2 Questionamentos e possíveis indicativos para um *design* mais inclusivo

Reorganização do projeto político pedagógico da faculdade, principalmente indicando a inclusão de matérias que estudem a história de industrialização no Brasil por uma lente decolonial, uma vez que isto está diretamente conectado a origem da profissão no país e tem influência no perfil socioeconômico daqueles que acessam a faculdade e geográfica sobre a distribuição de faculdades de *design* no país e sobre a diversidade étnico racial dos docentes e discentes das universidades de forma geral.

Ademais, indica-se também a necessidade de explorar outros cânones que não os europeus, não há necessidade, por exemplo, de quatro matérias de história da arte para explorar somente artistas homens caucasianos cisgêneros europeus colonizadores. Em nosso próprio território temos conhecimento ancestral escondido aos olhos nus, por exemplo, os adinkras, sistema robusto de símbolos que sintetizam parábolas, aforismos, provérbios e ditos populares, criados pelo Acãs – grupo étnico kwa de Gana e Costa do Marfim – para eternizar conhecimentos em linguagem não verbal. Todavia, a academia prefere ignorar tecnologias ancestrais como essa, mesmo tendo diversos exemplos de uso dela na arquitetura e serralheria brasileira.

Reformular o nome da profissão para pensar um substantivo mais próximo da linguagem brasileira, uma vez que não reflete a realidade vivida, o designer tem que se adaptar a linguagem do usuário em todos os projetos, mas nosso nome da profissão não tem que estar mais próximo da realidade cultural em que se está inserida? Essas são as ironias de áreas que sofreram tanta influência da globalização imperialista como o *design*.

Por fim, é imprescindível que a profissão advoque pela complexidade produtiva e soberania nacional, esta medida garantirá um ambiente de mercado menos propício a precarização da profissão, maior disponibilidade de emprego para categoria e assegurará que as tecnologias aqui criadas sejam nossas somente assim nós designers seremos donos dos nossos projetos e não estaremos subjugados a tendências externas dissociadas da realidade do Brasil.

5.3 Autoavaliação e perspectivas futuras

A discussão neste documento iniciada é também meu esforço pessoal de explorar e suprir as faltas presentes no projeto político pedagógico da graduação de *design* na Unesp Bauru. Um esforço filosófico de desconfiar daquilo que está posto e vasculhar na memória coletiva ancestral tecnologias, conhecimentos e resistências contra-hegemônicos, que valorizem a produção da diáspora negra no Brasil.

Minha avaliação pessoal sobre o processo de escrita e resultado final desta pesquisa é de que mesmo entregue uma tese de conclusão de curso finalizada, ainda há muitos tópicos a se discutir e aprofundar sobre nessa discussão. Especialmente no tocante da história brasileira, uma vez que aqui foi um apanhado das leituras que fiz em contratempo a graduação que em momento nenhum pautou de forma central o processo de industrialização brasileiro e os motivos econômicos do mesmo ter ocorrido através de uma modernização conservadora excludente (GONZALEZ, 1982), fazendo com que a presença negra no campo seja extremamente reduzida. Inclusive, esse é um dos tópicos que acredito que tenho que me aprofundar mais, entender a teoria da dependência de cabo a rabo para conseguir pautar de forma qualificada o debate econômico dos anos 50, pois é nessa década que o *design* é fundando institucionalmente no Brasil.

Além disso, há necessidade de estudar tecnologias ancestrais afrobrasileiras, mais a fundo, aqui na tese a discussão se manteve focada em analisar e desconstruir as origens da epistemologia hegemônica da prática projetual e seus efeitos específicos no Brasil, todavia para realmente oferecer uma alternativa é necessário oferecer uma narrativa de futuro possível também. Afirmo isso porque uma das estratégias principais do capitalismo imperialista é justamente o sufocamento da possibilidade de um mundo melhor, como se está fosse a única opção possível de realidade e forma de pensar.

Por fim, um outro projeto que acredito ser importante é a produção de um guia para artistas, comunicadores e *designers* com uma perspectiva decolonial latino-americana com centralidade no Brasil, uma mistura do livro *Extra Bold*: um guia feminista, inclusivo, antirracista, não binário para designers de Ellen Lupton e Hackeando o poder: Táticas de guerrilha para o sul global da Rede NAMI, em que relatos pessoais, tecnologias ancestrais e metodologias das cinco regiões do país possam ser compartilhadas e ensinadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (2009) **O perigo de uma história única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA SENADO. **Mais de 22 milhões de pessoas apostaram nas 'bets' no último mês, revela DataSenado**. Portal do Senado, Brasília, 1 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apostaram-nas-bets-no-ultimo-mes-revela-datasenado>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. **Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?** In: BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa (orgs.). **Dossiê Vivências Trans: desafios, dissidências e conformações**. Estudos Feministas, Florianópolis, n.20, v.2, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 4. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), em parceria com DATAFOLHA. **Raio X do Investidor Brasileiro – 7ª edição**. Rio de Janeiro: ANBIMA; Datafolha, 2024. 78 p. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/C9/92/8D/26/1F92F8109B9671F8EA2BA2A8/Raio-X-do-investidor-brasileiro-7-edicao.pdf> Acesso em: 20 mai. 2025.

ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), em parceria com DATAFOLHA. **Raio X do Investidor Brasileiro – 8ª edição**. Rio de Janeiro: ANBIMA; Datafolha, 2025. 68 p. Disponível

em: <https://www.anbima.com.br/data/files/AB/A3/C2/A8/88C76910FCADB769B82BA2A8/Raio-X-do-Investidor-Brasileiro-8.edicao.pdf> Acesso em: 20 mai. 2025.

ARAUJO, Germana Gonçalves de. A formação em design à margem do centro e a possível ruptura do alfabeto regular. **Albuquerque: Revista de História**, v. 14, n. 27, p. 119–134, jan./jun. 2022.

BABY, Jovanna; RODRIGUES, Jessyka. **Travestilidades negras: movimento social, ativismo e políticas públicas**. Picos, PI: FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, 2024. ISBN 978-65-01-16389-5. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/132sYEKGQ2OMBQwSrcMvArH8IJR0hXkWa/view>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BAURU (Município). **Lei nº 6.903, de 03 de abril de 2017**. Bauru, SP, 2017. Disponível em: https://sapl.bauru.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=11641&texto_original=1. Acesso em: 23 mar. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025. 144 f. ISBN 978-65-986036-1-8. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONSIEPE, Gui. **Design como prática de projeto**. São Paulo: Blucher, 2012. ISBN 978-85-212-0676-7.

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regula o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. — Publicação original: Coleção de Leis do Brasil, dez. 1890, p. 1424. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio; LIN S, Gabriel de Oliveira Accioly; et al. **Atlas da Violência 2025.** Brasília; São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DA VINCI, Leonardo. **Homem vitruviano, c. 1490.** Pena e tinta sobre papel, 34 × 24 cm. Gallerie dell'Accademia, Veneza. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Da_Vinci_Vitruve_Luc_Viatour.jpg. Acesso em: 2 mar. 2025.

DIAS, Sabrina Melchíades. Os efeitos da crise do petróleo na política externa brasileira durante o governo Geisel. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 25–47, 1º sem. 2021.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FACHINI, Elaine Cristina Sotelo; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. Biopolítica e biopoder como forma de intervenção na ordem econômica e de controle social: a Lei Geral de Proteção de Dados como inibitória da manipulação social. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, MS, v. 5, n. 2, p. 226–246, jul./dez. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Os Tupinambá: a reação tribal à conquista**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 18º Anuário – 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. 13,17 MB. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de La France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GLOBO. Todos os clubes do Brasileirão 2025 são patrocinados por bets. **ge –**

Futebol Internacional, 11 mar. 2025. Disponível em: ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2025/03/11/todos-os-clubes-do-brasileirao-2025-sao-patrocinados-por-bets.ghtml. Acesso em: 20 mai. 2025.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Volume I. Revisão e anotações: Alberto da Costa e Silva. São Paulo: Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, LELIA. **Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra**. Apresentado na Latin American Studies Association (Lasa). Em VIII National Meeting of The Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5-7 abr. 1979. Mimeografado. Transcrição original cedida por Alex Ratts.

GONZALEZ, LELIA. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. Apresentado no encontro anual da African Heritage Studies Association, com o título “Brazilian Black Youth and Unemployment”. Em II Annual Meeting of The African Heritage Studies Association, Pittsburgh, 26-29 abr. 1979. Mimeografado.

GONZALEZ, LELIA. **A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem políticoeconômica**. Apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, organizado pelo Center for Afro-American Studies e realizado entre 10-12 maio 1979 na Universidade da Califórnia. Publicado originalmente em LUIZ, Madel (Org.). Lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. pp. 87-106. (Coleção Tendências).

GONZALEZ, Lélia. **O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades**. Publicado originalmente em inglês, com o título “Brazilian Support of the Namibian Cause: Difficulties and Possibilities”, em **Afrodíaspóra**, São Paulo, ano 1, n. 2, pp. 24-33, maio/set. 1983. Traduzido para esta edição por Carlos Alberto Medeiros.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra**. Apresentado com o título “The Black Woman Place in the Brazilian Society” na 1985 and Beyond: A National Conference, organizada por African American Political Caucus e Morgan State University e realizada entre 9-12 ago. 1984, em Baltimore. Versão com modificações publicada originalmente em **Afrodíaspóra**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6-7, pp. 94-106, abr./dez. 1985.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HATADANI, Paula; ANDRADE, Raquel; SILVA, José. **Um estudo de caso sobre o ensino do Design no Brasil: A Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI)**. 2010.

HENRY DREYFUSS ASSOCIATES. **Humanscale**. (1974-1981). Disponível em: <https://www.johngrimwade.com/blog/2017/08/07/humanscale/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 16, 35 p. (Coleção Ibgeana; Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 48). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em: 20 mai. 2025.

HOOKS, Bell. **Olhares negros, raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Brasil). **Radar Tecnológico – n. 12: Terras raras**. Coordenação Geral de Estudos, Projetos e Disseminação da Informação Tecnológica – CEPIT; Diretoria de Patentes – DIRPA; Coordenação de Pesquisa em Inovação e Propriedade Intelectual – COPIP; Divisão de Estudos e Projetos – DIESP. Rio de Janeiro: INPI, 2016. 13 f. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/informacao/arquivos/n12-radar-tecnologico-terras-raras.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Data Stories #46 – Inside Advertising: Os principais movimentos da indústria publicitária em 2024**. Rio de Janeiro: Kantar IBOPE Media, 23 abr. 2025. Disponível

em: <https://kantariibopemedia.com/conteudo/estudo/data-stories-46-inside-advertising/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Pré-condições históricas para a construção da política de aniquilamento racial no Brasil** [vídeo]. Participação em: Ciclo de Debates NeoCriativa. Mediação: Grupo de Pesquisa NeoCriativa. YouTube, 14 jun. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x5FGgl-bal0>. Acesso em: 14 jun. 2025.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Discussão sobre a Genealogia do Racismo Moderno de Cornell West e as pré-condições históricas do estado brasileiro**. Reunião do grupo de pesquisa NeoCriativa, sala 71, UNESP – campus Bauru, período vespertino, 2º semestre de 2023. Evento não publicado.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KRIPPENDORFF, Klaus. **The semantic turn: a new foundation for design**. Boca Raton: CRC Press, 2005.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e discursos**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUPTON, Ellen; TOBIAS, Jennifer; HALSTEAD, Josh A.; SALES, Kaleena; KAFEI, Farah; XIA, Leslie; VERGARA, Valentina. **Extra Bold: um guia feminista, inclusivo, antirracista, não binário para designers**. 1. ed. São Paulo: Olhares, 2023. 220 p. ISBN 978-65-88280-70-6.

MAIA FILHO, Inaldo Azevedo. **Método para análise de movimentos gestuais e sua aplicação em design de interação**. 2021. 275 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Genealogia do biopoder**. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 2, p. 157–165, 2009.

MONTEIRO, Renato Leite. **Da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas**. In: MASSO, Fabiano del et al. (Coord.). Marco Civil da Internet. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NASCIMENTO, Carina Cristina do. **Imagens de controle: a perpetuação do racismo na publicidade brasileira**. 474 f. Tese (Doutorado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2025.

NIELSEN, Jakob. **10 usability heuristics for user interface design**. Nielsen Norman Group, 24 abr. 1994; atualizada em 30 jan. 2024. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PAULA, Adma; SEMENSATO, Cassiana; SILVA, Plácido; PASCHOARELLI, Luis; SILVA, Danilo. (2010). **Breve história e análise crítica do ensino do design no Brasil**. Convergências Revista de Investigação e Ensino das Artes. 1646-9054. Número 05. ISSN 1646-9054.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 2. reimpr. da 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos; 46).

PRECIADO, Paul B. **Testojunkie: sexo, drogas e biopolítica no regime farmacopornográfico**. Tradução: Ananda Ferreira. São Paulo: n-1 edições, 2018.

REDE NAMI (Org.). **Hackeando o poder: Táticas de guerrilha para artistas do Sul global**. 1. ed. São Paulo: Cobogó, 2023. 240 p. ISBN 978-65-5691-092-5.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAUTTER, Frank Thomas. A essência do silogismo: uma abordagem visual. **Cognitio: Revista de Filosofia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 316–332, jul./dez. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociologia brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SERASA; OPINION BOX. **A relação dos endividados com apostas no Brasil**. São Paulo: Serasa, out. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/blog/manual-bet/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILVA, João Carlos Riccó Plácido da; SILVA, Danilo Corrêa; SILVA, José Carlos Plácido da; PASCHOARELLI, Luis Carlos. **O futuro do design no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

TRANSMASCULINIDADES NEGRAS: narrativas em primeira pessoa. Organização: Bruno Santana; Leonardo Morjan Britto Peçanha; Vercio Gonçalves Conceição. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. 168 f. ISBN 978-65-992307-9-0.

UNGER, Kurt R. **O processo de Industrialização Substitutivo de Importações latino-americano (ISI) e seus problemas econômicos derivados**. Rev adm empres [Internet]. 1977 Jul;17(4):63–72. Disponível

em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901977000400006>.

WEST, Cornel. Genealogy of modern racism. In: **Prophecy deliverance! An afroamerican revolutionary Christianity**. Westminster John Knox Press: Louisville, KY; London, 2002.

WILLIAMS, Eric Eustacio. **Capitalismo e escravidão**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.